



RANDONCORP

Construindo o amanhã

Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025

24 de abril de 2025 – 14 horas

Proposta da Administração

Apresentação em 24/03/2025 e reapresentação em 27/03/2025

Sumário

I. Comentários dos Diretores - item 2 do FRE	5
II. Proposta de destinação do lucro líquido	44
III. Informações sobre candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal	48
IV. Proposta de Remuneração - Item 8 do FRE	56
V. Proposta de modificação do Estatuto Social	70



RANDON S.A. Implementos e Participações
CNPJ 89.086.144/0011-98
Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da

Randon S.A. Implementos e Participações (“Companhia” ou “Randoncorp”), a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a se realizar de modo exclusivamente digital, no dia 24 de abril de 2025, às 14 horas, considerada, de acordo com o art. 5º, § 3º da Resolução CVM nº 81/2022, na sede da Companhia, localizada na Av. Abramo Randon, 770, 1º Andar, Bairro Interlagos, CEP 95055-010, Caxias do Sul (RS), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária:

- 1.1.** Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- 1.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2024;
- 1.3.** Estabelecer o número de membros do Conselho de Administração;
- 1.4.** Eleger os membros do Conselho de Administração;
- 1.5.** Deliberar sobre a caracterização de independência de conselheiros de administração eleitos;
- 1.6.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; e,
- 1.7.** Fixar a remuneração global dos administradores e dos conselheiros fiscais, para o ano de 2025.

Nos termos do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, é de 5% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 horas antes da realização da AGO.

Em cumprimento ao Art. 5º da Resolução CVM nº 81/2022, nos termos do art. 161 da Lei 6.404/1976, combinado com o Art. 4º da Resolução CVM 70/2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% do capital votante das ações ordinárias ou 1% do capital votante das ações preferenciais, solicitar a instalação do Conselho Fiscal.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária

- 2.1.** Deliberar sobre proposta de mudança da denominação social de Randon S.A. Implementos e Participações para Randoncorp S.A. e, uma vez aprovada, a consequente modificação do Artigo 1º do Estatuto Social, para contemplar a nova denominação; e,
- 2.2.** Caso aprovada a proposta de acima, deliberar pela consolidação do Estatuto Social.

A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos.

Para deliberar sobre a presente proposta, estão disponíveis:

1. Comentários dos Diretores - item 2 do FRE
2. Proposta de destinação do lucro líquido
3. Informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do FRE dos candidatos
4. Proposta de Remuneração – Item 8 do FRE
5. Proposta de modificação do Estatuto Social

A Companhia disponibiliza à apreciação dos acionistas as propostas, apresentando as informações e documentos exigidos pela legislação aplicável. As orientações para participação na Assembleia Geral constam no Manual para participação do acionista, podendo ser consultado no *site* de Relações com Investidores da Randoncorp ([clique aqui](#)), no *site* da [CVM](#) e da [B3](#).

Atenciosamente,

Os Administradores

I. Comentários dos Diretores - item 2 do FRE

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras a seguir, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.randoncorp.com>) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração acredita que a Companhia possui recursos financeiros e patrimoniais adequados para sustentar sua estratégia de expansão e honrar suas responsabilidades de curto e médio prazo, conforme os dados apresentados a seguir:

Em 2024 concluímos projetos fundamentais para o crescimento da Companhia, que estão transformando-a em uma empresa ainda mais resiliente e global. Nosso principal mercado de atuação, o de peças automotivas, apresentou demanda aquecida ao longo de todo ano, tanto para veículos pesados quanto leves, seja OEM ou reposição, e por serem negócios mais rentáveis, nos dão maior segurança no atingimento de resultados futuros. Esses fatores, aliados a continuidade no crescimento do segmento de serviços e a boa performance no mercado externo, permitiram alcançar patamares recordes de receita líquida e EBITDA no ano.

Neste mesmo período enfrentamos diversos desafios, como a parada para a atualização de nosso sistema ERP e seus reflexos na disponibilidade de produtos, o encerramento da planta fabril da Fanacif, provisões de contingência, aumento de tributação na Frasle Mobility site Extrema, a desaceleração da demanda do agronegócio, especialmente no segmento de semirreboques, e a tragédia climática que assolou o estado do RS, onde está localizada nossa sede e muitas de nossas unidades operacionais.

Em 2024, a Randoncorp alcançou uma receita líquida de R\$ 11,9 bilhões, aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Isso foi possível especialmente por:

> Evolução de vendas em todos os segmentos de mercado onde atua;

- > Aumento da representatividade das verticais Autopeças e Controle de Movimentos, atingindo o patamar de 60% da receita líquida consolidada da Companhia (56% em 2023);
- > Recuperação das receitas para OEMs, principalmente ligadas ao transporte de carga industrializada e para mineração e construção civil;
- > Crescimento no mercado de reposição especialmente para veículos leves, fruto da expansão de portfólio e das sinergias comerciais capturadas nos últimos anos;
- > Recorde de receitas em todas as unidades da vertical Serviços Financeiros e Digitais, com expansão do volume de crédito concedido, das cotas de consórcio comercializadas e de projetos em tecnologia;
- > Adição das receitas da Castertech Mogi Guaçu e da EBS (R\$ 55,2 milhões), empresas que passaram a compor os negócios no segundo semestre de 2024.

Com relação as vendas com origem no mercado externo, atingimos US\$ 437,8 milhões no ano. Os principais destaques estão detalhados a seguir:

- > Evolução de 14,3 pontos percentuais na representatividade da receita de peças sobre o total do mercado externo, beneficiada por aquisições recentes e pela expansão orgânica das operações da vertical Controle de Movimentos;
- > Recuperação das vendas para o Mercosul, especialmente pela reabertura econômica da Argentina e pela redução dos efeitos de hiperinflação e desvalorização cambial nas receitas das operações localizadas neste país, no comparativo com 2023;
- > Forte retração nas vendas de base de container nos EUA em 2024, apesar da leve retomada nos últimos meses do ano;
- > Expansão na Europa, por meio de aquisições no Reino Unido e pela captura de sinergias nas integrações;
- > Ampliação de vendas no continente asiático, fruto da conquista de novos negócios com OEMs e na reposição;
- > Conclusão de projetos de automação para clientes nos EUA.

Sob o aspecto de custos sobre os produtos vendidos, o ano de 2024 se caracterizou pela estabilidade dos preços nas principais matérias-primas da Companhia, especialmente em itens metálicos. Este cenário, aliado a disciplina na execução de gastos e despesas produtivas, permitiu que avançássemos em nossa margem bruta frente ao ano anterior.

Nossas despesas comerciais, administrativas e operacionais apresentaram crescimento no comparativo anual. Isso se deve ao aumento de despesas com fretes, ao maior nível de comissões a pagar na Vertical de Serviços Financeiros e Digitais (devido às mudanças na forma de contabilização desta despesa com a adoção do CPC 47), às despesas com os M&As anunciados ao longo do exercício, entre outros fatores que penalizaram nosso resultado.

O resultado financeiro de 2024 foi impactado por diversos fatores, dentre eles: i) efeito positivo de variação cambial; ii) ganhos de correção monetária (IAS 29); e iii) rentabilidade inferior a 2023 nas aplicações de recursos das unidades na Argentina, pela menor variação do dólar sobre o peso argentino. Como tendência para curto e médio prazo, entende-se que tanto a inflação quanto a desvalorização cambial na região deverão seguir um ritmo de oscilação mais controlado, trazendo maior previsibilidade para a economia, o que em médio e longo prazo beneficia nossos negócios e resultados oriundos desta região.

E diante da estabilidade de nossos resultados operacionais e do avanço das receitas financeiras em 2024, o lucro líquido apresentou crescimento de 7,0% em comparação com 2023, atingindo R\$ 408,5 milhões no ano.

Importante destacar que atingimos o Guidance projetado para 2024, apesar das dificuldades enfrentadas, e que seguimos confiantes em nosso modelo de negócios, que por ser diversificado, traz maior resiliência aos resultados.

O ano também foi marcado por investimentos relevantes, necessários para expansão das operações e manutenção dos ativos, pelos pagamentos de JSCP e de dividendos superiores a 2023, pelo melhor resultado de empresas controladas, pela maior necessidade de capital de giro devido ao aumento de estoques, e por M&As, como a aquisição da EBS (R\$ 439,5 milhões). Todos esses movimentos, refletiram em fluxo de caixa livre negativo de R\$ 1,0 bilhão no ano.

Sobre o endividamento da Companhia, a ser explicado nos próximos itens em mais detalhes, destacam-se:

- > Crescimento da dívida bancária principalmente pela captação dos recursos para a aquisição da EBS (R\$ 477 milhões);
- > Aumento da dívida líquida devido principalmente ao nível de investimento atual;
- > Maior custo médio da dívida no mercado nacional pela elevação da taxa Selic.

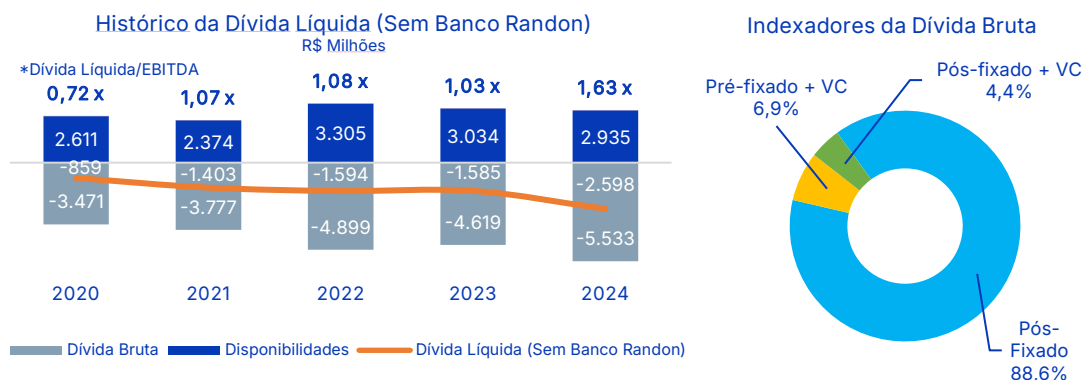
A dívida da Companhia é majoritariamente em moeda nacional e os custos de captação estão compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado. Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência continuam em boa situação em 2024. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 1,9 nesse período, um aumento de 6,2%, comparado ao exercício de 2023, quando esse índice foi de 1,8.

Destacamos que no início de 2025, foram realizados movimentos de aquisição relevantes como a AXN e a Dacomsa, fato que desencadeará no aumento do nível de alavancagem líquida da Companhia. No entanto, reforçamos que estamos focados na redução deste indicador, a partir de várias ações, dentre elas, a captura de sinergias e integração das novas unidades adquiridas.

Ainda sobre 2025, estamos atentos a mudanças no ambiente de negócios, dado que as projeções econômicas para o ano apontam para um contexto com diversas incertezas, dentre elas pressão inflacionária e juros elevados no mercado doméstico, e acomodação da inflação e alívio nos juros, porém com aumentos

tarifários em âmbito global. Na ponta positiva, temos a expectativa de recorde na safra de grãos, no maior patamar da história no Brasil.

Segue abaixo o detalhamento do endividamento ao final de 2024:



b. estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

O Patrimônio Líquido da Randoncorp ao final de 2024 era de R\$ 4,5 bilhões, enquanto ao final de 2023 era R\$ 3,9 bilhões.

Sua estrutura de capital atual, com 29,2% de capital próprio de 70,8% de capital de terceiros, está de acordo com o seu padrão usualmente adotado nos últimos anos e não apresenta desvios relevantes.

A estrutura de capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

Em reais mil	31/12/2024	AV	31/12/2023	AV	AH (2024 x 2023)
Passivo (Circulante e Não Circulante)	10.929.948	70,8%	8.924.753	69,6%	22,5%
Patrimônio Líquido	4.507.688	29,2%	3.895.390	30,4%	15,7%
Total (Passivo + PL)	15.437.636	100,0%	12.820.143	100,0%	20,4%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Randoncorp tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da sua saúde econômica e financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
Índices Financeiros	2024	2023	Δ%
Índice de Liquidez Corrente	1,9	1,8	6,2%
Índice de Alavancagem	2,89	2,02	42,7%

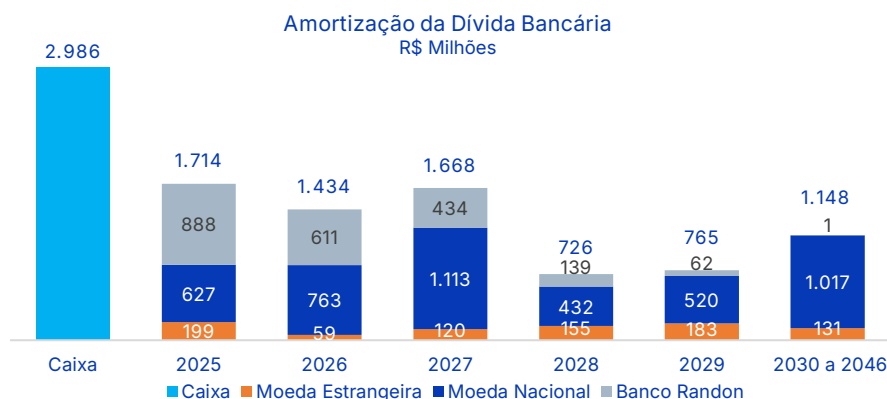
Através da sólida estrutura patrimonial e de geração de receita, a Companhia possui linhas de crédito disponíveis para renovar suas dívidas, alongando os prazos de pagamento, se necessário.

A Randoncorp administra suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 50% e 110% (75% a 106,35% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras de liquidez não imediata referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data da transação e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos federais. A remuneração média é de 96% a 100% do CDI ou equivalente (100% a 104% em 31 de dezembro de 2023).

As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.



d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, BNDES, FUNDOPEM, NCE, PPE, IFC e Debêntures, dentre outros.

Segue abaixo tabela demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos 2 exercícios:

	2024	2023
Modalidade	R\$ milhões	R\$ milhões
Debêntures	2.307.229	2.209.258
NCE	790.537	1.253.416
Finame	1.090.861	938.929
Capital de Giro	442.847	252.209
NC	518.769	210.770
Exim Pré-Embarque	510.982	203.962
Pré Pgto Exportação	61.752	96.470
Fundopem	36.973	19.087
Overdraft	-	16.426
Finep	105.270	14.573
Vendor	21.164	13.386
Term Loan	266.327	4.364
ACC	3.176	0
Res. 4131	70.206	105.982
IFC	506.719	0
TOTAL	6.732.812	5.338.832

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais.

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

Em 2024, a *Standard & Poor's* elevou o rating corporativo da Companhia na Escala Nacional Brasil de brAA+ para brAAA, com perspectiva estável. A perspectiva estável reflete a visão de que a Randoncorp manterá suas sólidas operações nos mercados de peças de reposição doméstico e de reboques e semirreboques, além de manter a alavancagem controlada, com aumento da geração interna de caixa nos próximos anos combinada ao seu perfil de amortização de dívidas, com prazos alongados de vencimento e sólido relacionamento bancário.

As principais fontes de financiamento da Companhia são suas disponibilidades, caixa gerado pelas operações e captações de recursos com Bancos, Instituições de Fomento e/ou via mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue abaixo tabela com características das dívidas da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos Bancários (R\$ milhões)

	Indexador	Juros a.a.	Vencimento final do contrato	Consolidado	
				2024	2023
Circulante					
Moeda nacional:					
Capital de Giro	CDI+	0,10% a 2,49%	Mar/29	326.235	149.635
Finame	IPCA+	4,92%	Dez/24	-	132
Finame	SELIC+	1,34%	Jun/28	376.558	304.323
Debêntures	CDI+	1,17% a 1,69%	Mai/31	332.515	313.677
NCE	CDI+	1,29% a 2,60%	Mai/27	124.439	158.322
NCE	PRÉ-FIXADA	14,84%	jul/26	-	800
NC	CDI+	0,90% a 1,85%	out/31	14.718	10.770
4131	CDI+	3,00%	Ago/26	36.873	39.315
Vendor	CDI+	4,00%	Jan/25	21.164	13.386
Exim Pré-Embarque	TLP+	0,80%	Jan/29	19.065	-
Exim Pré-Embarque	CDI+	0,80% a 1,59%	Jun/29	56.564	47.018
Fundopem	IPCA+	1,00% a 3,00%	Fev/37	3.539	4.521
Finep	TJLP+/TR+	0,80% a 3,30%	Set/40	1.559	1.435
IFC	CDI+	1,50%	Abr/33	12.619	-
Moeda estrangeira:					
Capital de Giro	FIXO	6,75% a 9,15%	Jun/25	88.662	55.033
Capital de Giro	FIXO	25,00% a 46,00%	Out/26	14.388	732
Capital de Giro	SOFR+	2,25%	Jul/25	6.396	35.475
Overdraft	UK BASE RATE+	2,30%	Mai/24	-	16.425
Pré Pgto Exportação	SOFR+	3,23% a 3,53%	Jul/25	61.752	48.988
NCE	FIXO	5,45 a 5,64%	Mai/29	1.219	16.950
ACC	FIXO	6,06%	Set/29	3.176	-
Term Loan	FIXO	2,28% a 2,85%	Nov/31	358	527
Exim Pré-Embarque	SOFR 5A+	0,8% a 1,40%	Jun/29	22.856	-
				1.524.655	1.217.464

Não circulante
Moeda nacional:

Capital de Giro	CDI+	0,10% a 2,49%	Mar/29	6.667	10.500
Debêntures	CDI+	1,17% a 1,69%	Mai/31	1.974.714	1.895.581
IFC	CDI+	1,50%	Abr/33	494.100	-
NCE	CDI+	1,29% a 2,60%	Mai/27	410.333	728.333
4.131	CDI+	3,00%	Ago/26	33.333	66.667
NCE	PRÉ-FIXADA	14,84%	Jul/26	-	150.000
NC	CDI+	0,90% a 1,85%	Out/31	504.051	200.000
Fundopem	IPCA+	1,00% a 3,00%	Fev/37	33.434	14.566
Finep	TJLP+ TR+	0,80% a 3,30%	Set/40	103.711	13.139
Finame	SELIC+	1,34%	Jun/28	714.303	634.474
Exim Pré-Embarque	TLP+	0,80%	Jan/29	57.813	-
Exim Pré-Embarque	CDI+	0,80% a 1,59%	Jun/29	227.368	156.944

Moeda estrangeira:

Capital de Giro	FIXO	25,00% a 46,00%	out/26	499	834
Pré Pgto Exportação	SOFR+	3,23% a 3,53%	jul/25	-	47.482
NCE	FIXO	5,45 a 5,64%	mai/29	254.546	199.011
Term Loan	FIXO	2,28% a 2,85%	nov/31	265.969	3.837
Exim Pré-Embarque	SOFR 5A+	0,8% a 1,40%	jun/29	127.316	-
				5.208.157	4.121.368
Total de empréstimos				6.732.812	5.338.832

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ao longo do ano de 2024 a Companhia realizou algumas captações de recursos relevantes acessando alguns parceiros estratégicos como a IFC e FINEP. Seguem abaixo os contratos de 2024 que consideramos mais relevantes:

a) IFC:

Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia firmou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC”) no montante de R\$ 250 milhões. Os recursos estão sendo destinados principalmente aos projetos voltados à sustentabilidade, vinculados ao compromisso público de reduzir 40% das emissões de gases de efeito estufa. O prazo de pagamento é de 9 anos, com carência de 2 anos. No caso de atingimento das metas estabelecidas no contrato, está previsto um benefício de desconto nos juros do financiamento a partir de 2026. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 254,4 milhões. Essa operação junto a IFC tem garantia de Fras-le S/A.

Na mesma data, sua controlada Fras-le firmou com a IFC contrato de financiamento com as mesmas características do financiamento da Randon, inclusive no mesmo montante, de R\$ 250 milhões. A Randon S/A garantiu essa operação e o saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 254,4 milhões.

b) 11ª Emissão de debêntures da Randoncorp:

Em 19 de abril de 2024, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 7 anos, no montante de R\$ 600 milhões, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sob a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

c) FINEP:

Em agosto de 2024 a Companhia firmou junto a FINEP um contrato de financiamento de R\$ 136 milhões, com prazo de pagamento de 192 meses e 30 meses de carência, sendo que a primeira parcela de R\$ 81,6 milhões foi liberada em setembro de 2024 e o restante será liberado em 2025. Os recursos serão utilizados para os projetos de inovação da Companhia.

d) 5ª Emissão de debêntures da controlada Frasle Mobility:

Em 04 de setembro de 2024, conforme fato relevante divulgado pela controlada Frasle Mobility, a controlada aprovou a realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, totalizando R\$ 750,0 milhões. As debêntures têm prazo de vencimento de sete anos, com remuneração atrelada a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de 1,22% ao ano. Os recursos serão utilizados para reforço de caixa e administração de risco (*liability management*). Até 31 de dezembro de 2024, os recursos provenientes dessa emissão de debêntures ainda não haviam sido desembolsados.

e) Captações da controlada Master Sistemas Automotivos e de subsidiária:

Em novembro de 2024 a controlada Master Sistemas Automotivos emitiu uma Nota Comercial no montante total de R\$ 230 milhões, em série única, com vencimento em 7 anos. E, a controlada da Master, Master Europe Automotive financiou um valor de GBP 33,3 milhões com vencimento final em 7 anos e pagamentos parciais a partir do ano 3. As duas operações foram destinadas ao pagamento da aquisição denominada “EBS”, no Reino Unido.

f) Emissão de Nota Comercial da controlada JOST Brasil:

Em dezembro de 2024 a controlada Jost Brasil Sistemas Automotivos emitiu uma Nota Comercial no montante total de R\$ 75 milhões, em série única, com vencimento em 5 anos e pagamentos parciais a partir do ano 3. Os recursos captados com a emissão foram destinados, pela emitente, para propósitos gerais.

Ao longo do ano de 2023 a Companhia não realizou nenhuma captação de recursos relevante mostrando assim seu excelente nível de liquidez e robustez financeira.

Durante o ano de 2022 a Companhia e suas controladas emitiram debêntures e notas comerciais, conforme abaixo:

a) Emissões de Debêntures da Randoncorp:

Em 2 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$ 500 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução CVM 476.

Em 21 de outubro de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$ 500 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da então vigente Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

b) Emissão de Nota Comercial da controlada Castertech:

Em 29 de julho de 2022, a Companhia aprovou a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, da sua controlada Castertech Fundação e Tecnologia Ltda., com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante de R\$ 200 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da então vigente Instrução CVM 476.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação, qual seja:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais;
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 1,6 bilhão (R\$ 963,3 milhões em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 4,4 bilhões que prevêem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, nas datas-base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2024, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randoncorp Consolidado sem Banco Randon) foi de 1,63 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

A maior parte dos contratos de financiamentos e empréstimos da Randoncorp possuem algum tipo de cláusula de vencimento antecipado. E, se acionadas, podem gerar vencimento antecipado nas demais dívidas da Companhia e de suas Controladas.

São cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos que caracterizam vencimento antecipado (mas não se limitando a elas): (i) falta de pagamento no dia do vencimento; (ii) protesto de títulos em valores superiores a um montante definido em contrato e que gerem prejuízos a capacidade de pagamento das obrigações referente ao contrato; (iii) falência, insolvência civil, recuperação judicial ou extrajudicial; (iv) for declarado vencido em valores superiores a um montante definido em contrato pagamento ao credor de qualquer espécie; (v) se houver reorganização ou (vi) transformação societária ou transferência de controle acionário que não seja dentro do grupo econômico; (vi) limitação de distribuição de dividendos, além do mínimo previsto em lei, se a Companhia estiver em mora com as obrigações pecuniárias do contrato.

Nos contratos da Companhia e de suas controladas somente há um *covenant financeiro* acordado referente a Dívida Líquida sobre o EBITDA dos últimos 12 meses (desconsiderando os números do Banco Randon) conforme indicado abaixo:

Indicadores	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
<i>Covenant</i> Financeiro (Dívida Líquida / Ebitda)	1,63x	1,03x
<i>Covenant</i> Financeiro Limite	menor ou igual a 3,5x	menor ou igual a 3,5x
% do Endividamento atrelado a <i>Covenants</i> Financeiros	66,0%	61,8%

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2024 e 2023 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de	
Financiamentos	2024	2023
	(em R\$ milhões)	(em R\$ milhões)
Contratado	2.041.836	315.426
Liberado	116.950	79.952
Saldo	1.924.886	235.474

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Fluxo de Caixa 2024

Fluxo de Caixa - R\$ Mil			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2024	2023	Δ%
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	376.135	2.181.891	-82,8%
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	-1.149.015	-607.002	89,3%
Caixa Líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	160.211	-1.214.944	-113,2%
Aumento (redução) de caixa e equivalência de caixa	-612.669	359.945	-270,2%

Ao final de 2024, a Companhia utilizou R\$ 612,7 milhões de caixa, variação de 270,2% no comparativo com 2023.

Seguem abaixo os principais destaques sobre o caixa em 2024:

- > Geração de caixa operacional inferior a 2023, devido a estratégias comerciais e recomposição de estoques;
- > Aplicação de recursos em um COE para proteger os recursos destinados para a aquisição da Kuo Refacciones, alocados no Brasil;
- > Maior nível de investimentos, com destaque para:

a) Orgânicos: obras e novas instalações nas plantas industriais em Mogi Guaçu (R\$ 86,5 milhões); construção da subestação de energia elétrica no site Fremax (R\$ 15,4 milhões), continuidade do projeto Caldeira Verde (R\$ 11,7 milhões), início da automação do centro de distribuição do site Extrema (R\$ 19,4 milhões), projetos de automação nas unidades da Randon de Caxias do Sul e Araraquara (R\$ 59,4 milhões) e desenvolvimento do sistema de gerenciamento de manufatura EasyMes (R\$ 5,3 milhões).

b) Não Orgânicos: compra da EBS (R\$ 439,5 milhões), valores remanescentes, previstos em contrato, relativos a aquisição da Armetel (R\$ 12,0 milhões), da Nakata (R\$ 20,7 milhões), da Hercules (R\$ 144,4 milhões) e da DB (R\$ 13,0 milhões).

c) Integralização de capital: R\$ 75,0 milhões na Addiante.

Para o exercício de 2024, ressaltamos os seguintes indicadores da demonstração de resultados que mostraram as maiores variações:

	2024		2023		Variações % 2024/2023
		%		%	
Receita Bruta	14.595.233	122,5%	13.398.120	123,1%	8,9%
Deduções da Receita Bruta	-2.679.492	-22,5%	-2.510.277	-23,1%	6,7%
Receita Líquida	11.915.740	100,0%	10.887.843	100,0%	9,4%
Custo Vendas e Serviços	-8.731.589	-73,3%	-8.094.488	-74,3%	7,9%
Lucro Bruto	3.184.151	26,7%	2.793.355	25,7%	14,0%
Despesas c/ Vendas	-954.055	-8,0%	-757.506	-7,0%	25,9%
Despesas Administrativas	-797.611	-6,7%	-663.445	-6,1%	20,2%
Outras Despesas / Receitas	-161.944	-1,4%	-85.766	-0,8%	88,8%
Equivalência Patrimonial	9.487	0,1%	-2.070	0,0%	-558,3%
Resultado Financeiro	-268.680	-2,3%	-343.328	-3,2%	-21,7%
Receitas Financeiras	894.141	7,5%	719.514	6,6%	24,3%
Despesas Financeiras	-1.313.937	-11,0%	-1.190.237	-10,9%	10,4%
Correção Monetária (IAS 29)	151.116	1,3%	127.394	1,2%	18,6%
Resultado Antes IR	1.011.348	8,5%	941.240	8,6%	7,4%
Provisão para IR e CSLL	-319.667	-2,7%	-278.015	-2,6%	15,0%
Operação Descontinuada	14	0,0%	264	0,0%	-94,9%
Lucro Consolidado	691.695	5,8%	663.489	6,1%	4,3%
Atribuído a Não Controladores	283.194	2,4%	281.802	2,6%	0,5%
Atribuído à Empresa Controladora	408.501	3,4%	381.687	3,5%	7,0%

- Despesas Operacionais:** crescimento principalmente por maior despesa com fretes, comissões, PDD, provisões de contingência, reestruturação da controlada indireta Fanacif, venda de ativos, atualização da combinação de negócios na Castertech e na Frasle Mobility, estrutura mais robusta para suportar o crescimento da empresa e despesas do M&A realizado durante o ano.
- Equivalência Patrimonial:** evolução dos resultados da Addiante especialmente pelo contrato relevante assinado com importante cliente em 2024.
- Resultado Financeiro:** Aumento da receita de correção monetária sobre as operações situadas na Argentina (IAS 29), reflexo da inflação no período; redução dos juros pagos sobre financiamento, especialmente por Selic média inferior a 2023; diminuição do rendimento sobre aplicações financeiras, especialmente nas unidades da Argentina por conta da menor variação da moeda local sobre o dólar; receitas com variação cambial beneficiaram o resultado em 2024, pela apreciação do dólar frente ao

real e pelo benefício do perdão da dívida da Randon Argentina em 2023, que reduziu nossa exposição cambial às oscilações monetárias daquele país.

2.2.Os diretores devem comentar:

a.resultados das operações do emissor, em especial:

Possuímos um modelo diversificado de negócios, distribuído em cinco verticais:

- 1) **Autopeças:** produção de autopeças para veículos comerciais, como sistemas de freios, eixos e suspensões, sistemas de acoplamento, soluções em eletromobilidade e sistemas de rodagem em peças fundidas e usinadas, dentre outros. Nossos produtos são vendidos para as principais OEMs globais (caminhões e ônibus), implementadoras, distribuidores e varejo de autopeças, além de fabricantes de equipamentos agrícolas e para construção e mercado de reposição.
- 2) **Controle de Movimentos:** produção de materiais de fricção, componentes para sistemas de freio, suspensão, direção e *powertrain*, dentre outros itens relacionados ao sistema de frenagem de veículos comerciais e leves, para o Brasil e exterior.
- 3) **Montadora:** fabricação e venda de semirreboques, carrocerias sobre chassi e vagões ferroviários, além de peças de reposição, no Brasil e no exterior.
- 4) **Serviços Financeiros e Digitais:** oferta de soluções financeiras de crédito, seguros e consórcios e de serviços que facilitem o dia a dia dos clientes, fornecedores e dos distribuidores da Randoncorp, além de serviços e soluções financeiras para o ecossistema de logística e empresas de tecnologia, agronegócio, grandes varejistas e outros.
- 5) **Tecnologia Avançada e Headquarter:** Automação industrial, desenvolvimento e homologação de produtos para a indústria da mobilidade e nanotecnologia. Por meio desta vertical buscamos garantir o vanguardismo da Randoncorp frente às megatendências da indústria da mobilidade.

i.descrição de quaisquer componentes importantes da receita e ii.fatores que afetaram materialmente os resultados

A análise abaixo considera o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. MERCADO

Destacamos abaixo os principais fatores que influenciaram os resultados da Randoncorp em 2024.

- > Recuperação das OEMs puxou a retomada da demanda de peças para produção de caminhões;
- > Alteração do mix de mercado para semirreboques, com redução de produtos ligados ao agronegócio, produto que converte em melhores resultados para a Vertical Montadora e expansão da venda para itens ligados ao transporte de carga industrializada;
- > Queda de aproximadamente 90% nas vendas de base de container nos EUA, impactando os

resultados da Hercules e as exportações a partir do Brasil;

- > Menor volume de vendas de semirreboques para a América Latina;
- > Boa demanda no mercado de reposição, evidenciado pelo maior nível de passagens em oficinas mecânicas e expansão da frota circulante.

		2024	2023	Δ%
Produção	Caminhões ¹	141.252	100.535	40,5%
	Semirreboques ³	91.986	96.082	-4,3%
Vendas Brasil	Caminhões ¹	124.933	108.024	15,7%
	Semirreboques ²	88.549	90.284	-1,9%
Exportações	Caminhões ¹	17.890	16.946	5,6%
	Semirreboques ³	3.437	5.798	-40,7%

¹ Anfavea

Volumes em unidades

² Anfir

³ Anfir + Aliceweb

2. VOLUMES

Volumes	2024	2023	Δ%
Autopeças			
Freios (un.)	951.698	810.091	17,5%
Sistemas de Acoplamento (un.)	143.417	129.096	11,1%
Eixos e Suspensões (un.)	182.388	161.560	12,9%
Fundição e Usinagem (Ton.)	94.853	81.481	16,4%
Controle de Movimentos			
Materiais de Fricção (mil/un.)	108.084	104.773	3,2%
Componentes Sistemas de Freio (mil/un.)	10.584	9.546	10,9%
Comp. Sist. Suspensão, Direção e <i>Powertrain</i> (mil/un.)	21.486	19.442	10,5%
Montadora			
Semirreboques Brasil (un.)	24.646	24.735	-0,4%
Semirreboques Estados Unidos (un.)	1.061	5.887	-82,0%
Semirreboques Outras Geografias (un.)	1.993	2.241	-11,1%
Vagões	185	54	242,6%
Serviços Financeiros e Digitais			
Cotas de Consórcio Vendidas (un.)	26.569	26.174	1,5%

- > **Autopeças:** expansão de vendas em todas as linhas pela recuperação do mercado OEM.
- > **Controle de Movimentos:** avanços de volumes vendidos pelo bom desempenho na reposição, aliado aos ganhos de sinergia com os M&As recentes, fortalecendo as marcas e ampliando presença nos distribuidores.
- > **Montadora:** vendas estáveis no mercado doméstico, com o segmento de tanques apresentando crescimento frente a queda no agronegócio; forte redução nas vendas para os Estados Unidos pela queda de mercado e redução das exportações para outras geografias, especialmente na América Latina; entrega de um lote de vagões ferroviários de 180 unidades negociado para o ano de 2024.
- > **Serviços Financeiros e Digitais:** estabilidade no volume de cotas vendidas, com mudança de mix, pelo menor apetite de produtos relacionados ao agronegócio e expansão das linhas atreladas ao varejo, bem como implementos rodoviários e veículos pesados

3. RECEITA LÍQUIDA

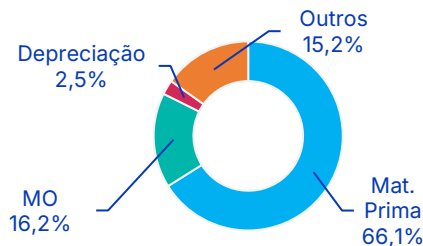
Além dos fatores citados anteriormente, destacamos que a performance deste indicador também se deve à:

- > Recorde de receita nas verticais de Serviços Financeiros e Digitais e Controle de Movimentos;
- > Evolução das vendas ligadas ao segmento industrial, especialmente por conta da retomada das OEMs;
- > Expansão das receitas da reposição, principalmente nas verticais Controle de Movimentos e Montadora;
- > Crescimento dos negócios da Rands pelo maior nível de crédito concedido e pela ampliação de portfólio dos serviços de inovação;
- > Desvalorização do real frente ao dólar beneficiou este indicador pela conversão das vendas em moeda forte.

Receita Líquida (R\$ Mil)	2024	2023	%
Autopeças	3.889.161	3.280.158	18,6%
Controle de Movimentos	3.965.776	3.388.657	17,0%
Montadora	4.161.214	4.549.945	-8,5%
Serviços Financeiros e Digitais	844.724	704.675	19,9%
Tecnologia Avançada e <i>Headquarter</i>	207.728	163.252	27,2%
(-) Eliminações	-1.153.662	-1.198.844	-3,8%
Receita Líquida Consolidada	11.915.740	10.887.843	9,4%

4. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Abertura CPV 2024



O custo dos produtos vendidos representou 73,3% da receita líquida consolidada, atingindo R\$ 8,7 bilhões em 2024 (R\$ 8,1 bilhões e 74,3% da receita líquida em 2023).

O principal componente do CPV é a matéria-prima, que apresentou estabilidade frente ao ano anterior, pela manutenção dos preços dos insumos produtivos ao longo do

ano, especialmente nos itens metálicos, que representam a maior parte desse grupo. No entanto, outros fatores impactaram este indicador em 2024, como os efeitos inflacionários nos estoques de matéria-prima das operações na Argentina e o aumento dos custos logísticos relacionados a importação de itens co-manufaturados, explicado pela baixa disponibilidade de contêineres, custos de armazenagem e longo tempo de trânsito das mercadorias.

5. DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2024, as despesas operacionais somaram R\$ 1,9 bilhão, distribuídas em despesas administrativas, comerciais, operacionais e equivalência patrimonial (R\$ 1,5 bilhão em 2023). Os principais impactos relacionados a este indicador são oriundos de alterações no quadro de funcionários, contabilização de provisões, nível das comissões sobre vendas, despesas com fretes, *impairments*, e efeitos não recorrentes, detalhados na tabela abaixo:

Não recorrentes	2024	2023	Δ%
Provisões relacionadas a processos tributários	-	- 37.146	-100,0%
<i>Impairment</i> em unidades operacionais	-5.936	-22.376	-73,5%
Atualização das Combinações de Negócios	-240	53.015	-100,5%
Reestruturação Fanacif	-37.513	-	-
Venda de ativo Farloc	-5.659	-	-
Total	-49.348	-6.508	658,3%

Valores em R\$ Mil

Além dos não recorrentes, mencionados acima, tivemos em 2024 montantes adicionais significativos relativos à despesas com M&As, reestruturação na vertical Montadora e provisão de contingências, que foram parcialmente compensadas por receitas de R\$ 37,2 milhões provenientes do programa de mobilidade verde, o Mover.

6. RESULTADO FINANCEIRO

Em 2024, a Companhia teve seu resultado financeiro impactado positivamente por uma maior receita de variação cambial e de correção monetária, encerrando o ano em patamares superiores a 2023.

	2024	2023	Δ%
Receitas financeiras	894.141	719.514	24,3%
Despesas financeiras	-1.313.937	-1.190.237	10,4%
Ajuste correção monetária (IAS 29)	151.116	127.394	18,6%
Resultado financeiro	-268.680	-343.328	-21,7%

Valores em R\$ Mil

7. RESULTADO LÍQUIDO

A Companhia encerrou o ano de 2024 com lucro líquido de R\$ 408,5 milhões, um crescimento de 7,0% frente a 2023 (R\$ 381,7 milhões).

Os principais destaques positivos deste indicador no ano foram o aumento das receitas financeiras e a estabilidade do resultado operacional, mesmo em um contexto tão cheio de desafios, como os já mencionados neste relatório. No entanto, é importante destacar também, que neste período o resultado líquido foi pressionado pela elevação da alíquota efetiva de IR e CSLL devido ao maior nível de impostos sobre lucros no exterior, a tributação da subvenção de investimentos do site Extrema e aos efeitos não recorrentes relativos ao encerramento da operação fabril da controlada Fanacif.

	2024	2023	Δ%
EBIT	1.280.028	1.284.568	-0,4%
Resultado Financeiro	-268.680	-343.328	-21,7%
Resultado Operacional	1.011.348	941.240	7,4%
IR e CSSL	-319.667	-278.015	15,0%
Operação Descontinuada	14	264	-94,9%
Minoritários	-283.194	-281.802	0,5%
Lucro Líquido	408.501	381.687	7,0%
Margem Líquida (%)	3,4%	3,5%	-0,1 p.p.
ROE (últimos 12 meses)	14,7%	13,9%	0,8 p.p.

Valores em R\$ Mil

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

> **Produtos:**

Seguem abaixo os principais destaques de 2024:

i) Introdução de novos produtos e serviços:

> Acessamos o mercado europeu de reposição em sistemas de freios para veículos comerciais, por meio da aquisição da empresa EBS, em novembro de 2024.

ii) Alterações de volumes:

> Aumentos dos volumes de produtos vendidos para OEMs, pela retomada da produção e vendas de caminhões no Brasil;

> Avanços nas vendas de peças para o mercado de reposição, especialmente na Vertical Controle de Movimentos, devido às sinergias comerciais capturadas entre suas unidades de negócio, com fortalecimento das marcas e otimização dos canais de venda, além de conquista de market share;

> Forte queda de semirreboques vendidos para o mercado norte-americano, pela grande desaceleração deste mercado;

> Mudança no formato de vendas de cotas de consórcio, com ticket médio superior aos praticados no exercício anteriores, afetando a comparabilidade dos volumes anuais.

iii) Modificações de preços e inflação:

> Reposicionamento de preços na vertical Controle de Movimentos, especialmente nas linhas de materiais de fricção e sistemas de freio;

> Melhor precificação dos projetos de automação e da oferta de serviços de testes e laboratórios, relativos à Vertical de Tecnologia Avançada, devido aos avanços em seus processos operacionais;

> Ambiente competitivo na linha de semirreboques, refletiu em campanhas de vendas com redução de preços em algumas linhas de produto, especialmente às ligadas ao agronegócio;

> Impactos de hiperinflação em nossas operações localizadas na Argentina com preços médios de venda cerca de 70% a 90% superiores aos praticados em 2023, embora tenhamos enfrentado mercado mais competitivo ao longo de 2024, que em alguns momentos exigiu concessão de descontos em determinadas linhas de produtos.

iv) Variação Cambial:

> Desvalorização do Real frente ao Dólar foi de aproximadamente 8% no comparativo anual, ampliou a conversão das receitas oriundas de nossas controladas localizadas nos exterior e das exportações a partir do Brasil.

> Com foco na internalização dos negócios, a Companhia realizou aquisições de empresas no exterior nos últimos doze meses (a EBS no 4T24 e Dacomsa e AXN Heavy Duty no 1T25), e a conversão de seus resultados é afetada por variações na taxa de câmbio.

> Resultado financeiro impactado positivamente nas receitas de variação cambial, pela desvalorização do real, dado que a Companhia tem exposição cambial ativa.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

i) Inflação: a dinâmica da inflação tem impacto direto no resultado operacional da Companhia, com reflexo em salários e nos preços dos insumos produtivos e materiais de consumo. Na medida do possível, conforme a aceitação do mercado, são realizados os repasses relativos aos aumentos de inflação no preço dos produtos vendidos. A maior parte dos contratos de fornecimento da Companhia são atrelados ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e ao IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), e estes apresentaram aumento no comparativo anual, sendo o INPC correspondente a 4,77% em 2024 (3,71% em 2023) e o IGP-M de 6,54% em 2024 (-3,18% em 2023). A Companhia busca permanentemente alternativas para mitigar os efeitos da inflação em seus resultados, como por exemplo, negociações de contratos de fornecimento de aço com periodicidade trimestral e/ou semestral.

Em 2023 e 2024, o maior destaque de impactos referentes a este indicador são oriundos da economia da Argentina, que enfrentou períodos de inflação relevante, com pico em 2023 e sinais de melhora em 2024, normalizando a oscilação dos resultados desta região em nosso consolidado.

ii) Taxa de juros: a Companhia está exposta às oscilações da taxa de juros, tanto sob a ótica de receitas operacionais quanto nos resultados financeiros. As vendas de produtos fornecidos pela Randoncorp, conectados aos segmentos de semirreboques e caminhões (OEMs), podem ser afetadas pelas mudanças de taxas de juros, pois os clientes deste setor são mais dependentes de crédito e financiamentos. No entanto, em 2024 não houve variações expressivas neste sentido, dado que a taxa de juros foi menor do que as praticada em 2023. Para 2025, é esperada uma elevação da taxa Selic no Brasil, que pode afetar a dinâmica destes mercado.

Sob o aspecto financeiro, a Companhia é impactada pela variação da taxa de juros, pois sua dívida é majoritariamente atrelada à Selic. Assim como no resultado operacional, em 2024 não observou-se impactos significativos pelo menor nível médio da taxa de juros frente ao ano anterior. Mais detalhes podem ser obtidos no item 2.1.

lii) Câmbio: a Companhia adota uma política de monitoramento da exposição cambial e, quando necessário, faz uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição a moeda estrangeira. Mantemos uma posição ativa em moeda estrangeira, dado que exportamos mais que importamos. Em 2024, a taxa do Dólar por Real ao final do exercício, foi de R\$ 6,1923, enquanto em 2023 o valor era de R\$ 4,8413, no mesmo período, e com isso, o comparativo anual foi beneficiado pela desvalorização cambial.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia, e não houve a adoção antecipada de outras normas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui opiniões modificadas, ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a.introdução ou alienação de segmento operacional

A partir de novembro de 2024 a Companhia passou a atuar no mercado de reposição de sistema de freios para veículos comerciais na Europa após a aquisição da EBS, localizada no Reino Unido.

b.constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2024 realizamos as seguintes constituições, aquisições e/ou alienações de participação societária:

i) Constituições:

- > **Addiante Seminovos:** controlada da JV Addiante, que vai atuar com a atividade de comércio de veículos usados;
- > **Master Europe:** unidade da Master para viabilizar investimentos no exterior, como a compra da EBS;
- > **RVC LLC:** veículo de investimento da RVC Venture Capital para captação de negócios no exterior;
- > **Randon DB North America LLC:** unidade da DB para atuação nos EUA;

ii) Aquisições:

- > **EBS:** Em 17 de outubro de 2024, a Companhia informou, por meio de Fato Relevante, que a Controlada Master, através de sua subsidiária Master Europe celebrou contrato de compra e venda de ações do Grupo EBS. A aquisição insere-se na estratégia da Companhia de internacionalização de seus negócios na Vertical Autopeças, pela diversificação de produtos e expansão de marcas em seu portfólio. O *closing* da operação ocorreu em 08 de novembro de 2024, momento em que a Master Europe assumiu as operações dessa unidade.

> **Kuo Refacciones (Dacomsa):** em 24 de junho de 2024, a Frasle Mobility anunciou, por meio de fato relevante, a aquisição da empresa mexicana de reposição, Kuo Refacciones. O *closing* desta operação ocorreu em 14 de janeiro de 2025, momento em que a Companhia passou a incorporar os resultados da Dacomsa.

> **Delta Global:** em 08 de outubro de 2024, a Randoncorp, por meio de sua vertical de Serviços Financeiros e Digitais, informou que ampliaria seu investimento no Grupo Delta, empresa especializada em tecnologia e serviços para o mercado de seguros e transportes. O *closing* ocorreu em 14 de janeiro de 2025 e a partir desse momento a Companhia passou a incorporar os resultados da Delta.

c.eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia, além dos já mencionados neste documento.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

i) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com a medida contábil (lucro líquido) apresentadas nas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização (“EBITDA”).

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida (“Margem EBITDA”). O EBITDA e a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não sendo, portanto, medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez definidas pelo BRGAAP nem pelas IFRS, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou alternativas ao lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos ou outras medições

de desempenho operacional. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes. A avaliação e decisão sobre os itens que serão considerados no ajuste do EBITDA seguem critérios estabelecidos em uma “árvore de decisão” elaborada pela Companhia, que busca tornar o processo mais objetivo e criterioso, ampliando a governança e a transparência das informações para o mercado. A seguir, estão elencados os pontos considerados para a tomada de decisão, ressaltando que cada “questionamento” leva a uma conclusão ou sequência dentro do fluxo:

- Tende a se repetir?
- É operacional?
- Tem orientação contábil para ser não recorrente?
- É uma mudança de critério contábil?
- A soma é material? (por material considera-se impacto maior que 5% do Patrimônio Líquido do final do exercício anterior).
- Se refere apenas ao exercício vigente?

Mesmo com a preocupação da Companhia em trazer informações pertinentes e mais objetivas ao processo de definição sobre o EBITDA Ajustado, esta métrica apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, não devendo ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens não recorrentes.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ajustada, se for o caso. Assim como a Margem EBITDA, este indicador também não é uma medida reconhecida dentre as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Além disso, não possui um significado padrão e não é comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada da Companhia, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

IFRS	2024	2023	Δ%
EBITDA ¹ (R\$ mil)	1.622.549	1.570.220	3,3%
Margem EBITDA % ²	13,6%	14,4%	-0,8 p.p.
EBITDA Ajustado ³ (R\$ mil)	1.671.897	1.576.728	6,0%
Margem EBITDA Ajustada %	14,0%	14,5%	-0,5 p.p.
Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (múltiplo)	2,89 x	2,02 x	42,7%

1 EBITDA corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização.

2 A Margem EBITDA é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

3 Calcula-se o EBITDA Ajustado devolvendo ao EBITDA as despesas e receitas consideradas não recorrentes.

4 Margem EBITDA Ajustada é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

5 Alavancagem financeira, calculada dividindo o Endividamento Financeiro Líquido Consolidado pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

ii) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem Financeira

A dívida bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, é composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros – passivo (circulante e não circulante), captação de recurso de terceiros, débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinação de negócios.

A dívida líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à dívida bruta deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros – ativo.

A alavancagem financeira corresponde à dívida líquida da Companhia, dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses.

Os três indicadores acima são consolidados, e não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possuindo um significado padrão e podendo não ser comparáveis à dívida líquida, dívida bruta e alavancagem financeira elaboradas por outras empresas. Os três indicadores acima mencionados apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez, desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira não possuem significado padrão e outras sociedades, inclusive companhias fechadas, podem adotar conceitos distintos para estes indicadores, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

IFRS	2024	2023	%
Dívida Bruta	7.667.271	6.140.192	24,9%
Dívida Líquida	4.681.510	3.174.679	47,5%
Alavancagem Financeira	2,89 x	2,02 x	42,7%

Valores em R\$ Mil

1 Dívida Bruta corresponde aos empréstimos e financiamentos da Companhia, somados aos instrumentos financeiros do passivo patrimonial, débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinações de negócios.

2 Dívida líquida é a dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo patrimonial.

3 Alavancagem financeira é a é calculado pela divisão entre dívida líquida consolidada com o EBITDA Consolidado dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

iii) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro líquido do exercício para o EBITDA e do EBITDA para o EBITDA Ajustado, bem como os cálculos da Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada (todos já explicados na letra “a”), para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023	Δ%
Lucro Líquido	408.501	381.687	7,0%
Operação Descontinuada	14	264	-94,9%
Minoritários	-283.194	-281.802	0,5%
IR e CSSL	-319.667	-278.015	15,0%
Resultado Financeiro	-268.680	-343.328	-21,7%
EBIT	1.280.028	1.284.568	-0,4%
Depreciação e Amortização	342.520	285.652	19,9%
EBITDA Consolidado	1.622.549	1.570.220	3,3%
Margem EBITDA (%)	13,6%	14,4%	-0,8 p.p.
Não recorrentes ¹	49.348	6.508	658,3%
EBITDA Consolidado Ajustado	1.671.897	1.576.728	6,0%
Margem EBITDA Ajustada (%)	14,0%	14,5%	-0,5 p.p.

Valores em R\$ Mil

¹ Detalhamento dos eventos não recorrentes nos respectivos exercícios:

i) 2023

Despesas relativas à: provisão de contingência relativa à ação rescisória tributária da Nakata (R\$ 37,1 milhões); *impairments* registrados nas verticais Montadora, Controle de Movimentos, Autopeças e Tecnologia Avançada (R\$ 22,4 milhões);

Receitas relativas à: redução da combinação de negócios da Nakata, em decorrência de i) ação rescisória sobre a exclusão de ICMS das bases de PIS e Cofins, e ii) vigência da Lei 14.789/2023 que tributa as subvenções para investimentos (R\$ 53,0 milhões).

ii) 2024

Despesas relativas à: reestruturação da controlada Fanacif e *impairment* de ativos dessa unidade (R\$ 45,8 milhões); venda de ativo da controlada Farloc (R\$ 5,7 milhões); atualização da combinação de negócios referente a aquisição da Nakata (R\$ 2,0 milhões);

Receitas relativas à: reversões de *impairments* realizados na Frasle Mobility (R\$ 2,4 milhões) e atualização da combinação de negócios da Castertech (R\$ 1,8 milhão).

A tabela abaixo, por sua vez, apresenta a reconciliação da dívida bruta, da dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Reconciliação das dívidas bruta e líquida e da alavancagem financeira - em R\$ mil			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2024	2023	Δ%
(-) Disponibilidades Consolidadas	2.985.760	2.965.513	0,7%
(+) Instituições Financeiras	6.732.812	5.338.832	26,1%
(+) Operações com Derivativos	259	7.309	-96,5%
(+) Captação de recursos de terceiros	721.210	439.910	63,9%
(+) Débitos com empresas ligadas	5.618	6.192	-9,3%
(+) Contas a pagar por combinação de negócios	207.372	347.949	-40,4%
(+) Dívida Bruta	7.667.271	6.140.192	24,9%
(=) Dívida Líquida	4.681.510	3.174.679	47,5%
EBITDA	1.622.549	1.570.220	3,3%
Alavancagem Financeira	2,89 x	2,02 x	42,7%

iv) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medidas não contábeis descritas abaixo são amplamente utilizadas pelo mercado e possibilitam aos investidores acompanhar o desempenho financeiro da Companhia.

> EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. Não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Além disso, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Também não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que

prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação. Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente.

➤ **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada**

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são divulgados pela Companhia para evidenciar qual seria o resultado dos indicadores EBITDA e Margem EBITDA caso determinadas receitas e despesas, consideradas pontuais e atípicas aos resultados da Companhia, não tivessem ocorrido. Esse indicador permite uma melhor compreensão do desempenho operacional e financeiro da Companhia, no entanto não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras empresas.

➤ **Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira**

A Companhia considera a dívida bruta e dívida líquida, medidas práticas para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. A dívida bruta e dívida líquida não são consideradas medidas de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não possuem significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

A Companhia considera a alavancagem financeira, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. Este índice também não é considerado uma medida de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não possui significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

i) **Aquisição dos ativos da empresa AXN Heavy Duty LLC**

Em 31 de janeiro de 2025, a Randon Auto Parts North America LLC. concluiu a combinação de negócios, que contempla a aquisição de ativos e estoques da AXN Heavy Duty LLC. Este movimento insere-se na estratégia de internacionalização de negócios da Companhia, ampliando as marcas do portfólio de autopeças, bem como sua exposição em moeda forte e atuação em economias desenvolvidas. O valor pago na aquisição é de US\$ 12,3 milhões (equivalentes a R\$ 74,0 milhões) referente à parte de ativos e intangíveis,

acrescidos de US\$ 37,0 milhões (equivalentes a R\$ 223,0 milhões) oriundos dos estoques que serão adquiridos em até 18 meses. A contabilização inicial da combinação de negócios ainda está em andamento na data de autorização das demonstrações financeiras para publicação, uma vez que as avaliações do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não foram concluídas. Assim, não foi possível divulgar o valor final da contraprestação transferida, o ágio apurado e a alocação dos ativos líquidos adquiridos. A expectativa é de que esses processos sejam finalizados até o primeiro trimestre de 2025.

ii) Emissão debêntures

Em 13 de janeiro de 2025, foram desembolsados os recursos provenientes da 5ª emissão de debêntures simples da Controlada Fras-le S.A., mencionada na nota explicativa 22.c, no montante de R\$ 750.000.

iii) Conclusão das aquisições da KUO Refacciones e do Grupo Delta

Conforme detalhado na Nota Explicativa 5 - Combinação de Negócios, Aquisições e Ágio, em 14 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu duas aquisições estratégicas, sendo a KUO Refacciones adquirida por meio das controladas indiretas Frasle México S. de RL de CV e Frasle North America, e a Delta Global Serviços e Tecnologia S.A. por meio da controlada Randon Serviços e Participações Ltda.

2.7.Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O lucro pode ser retido para constituição de reservas conforme segue:

- (i) Reserva Legal de 5% do lucro líquido, cujo limite é 20% do capital social;
- (ii) para a reserva estatutária, Investimento e Capital de Giro, será destinado o saldo que não for distribuído aos acionistas, no limite máximo, somada a Reserva Legal, o valor do capital social;
- (iii) poderão ser constituídas, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, incentivos estes utilizados para fomentar a atividade econômica, conforme legislação específica.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% do lucro ajustado, conforme ficar deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, nos termos da LSA; (ii) declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; e, (iii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da lei e imputá-los aos dividendos do exercício.

Os dividendos disponibilizados aos acionistas prescrevem em três anos, a partir da data em que foram disponibilizados.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia tem a prática de remunerar os acionistas mediante o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e/ou dividendos. O pagamento dos dividendos deve ser realizado no prazo de até 60 dias, a contar da data em que forem declarados, exceto quando os acionistas deliberarem em sentido contrário, devendo sempre ocorrer dentro do mesmo exercício social de sua declaração.

Relativamente o ano de 2024, foram pagos JCP em agosto de 2024 e janeiro de 2025, totalizando o montante R\$ 101,5 milhões (líquido de Imposto de Renda), valor este que representa 26,0% do lucro base para os dividendos, ou seja, 4,0% inferior aos dividendos mínimos previstos do Estatuto Social, remanescendo a remuneração complementar aos acionistas de R\$ 15,3 milhões, como dividendos a serem declarados na próxima Assembleia Geral Ordinária.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições ao pagamento de dividendos, exceto nos casos previstos em lei.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração, em 17/06/2020, que pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia - <https://ri.randoncorp.com/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

2.8.Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a.os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

iii.contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

iv.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b.outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a.como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b.natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

c.natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a.investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia classifica seus investimentos em três grandes frentes: Orgânicos, Não Orgânicos e Integralização de Capital. Segue abaixo o detalhamento de cada uma delas em 2024:

> Orgânicos (R\$ 460,4 milhões):

- Obras e novas instalações nas plantas industriais em Mogi Guaçu (R\$ 86,5 milhões);
- Construção da subestação de energia elétrica no site Fremax (R\$ 15,4 milhões);
- Continuidade do projeto Caldeira Verde, iniciada em 2023 (R\$ 11,7 milhões);
- Início da automação do centro de distribuição do site Extrema (R\$ 19,4 milhões);
- Projetos de automação nas unidades da Randon de Caxias do Sul e Araraquara (R\$ 59,4 milhões);
- Desenvolvimento do sistema de gerenciamento de manufatura EasyMes (R\$ 5,3 milhões).

> Não orgânicos (R\$ 633,7 milhões):

- Aquisição da EBS – fabricante de sistemas de freio no Reino Unido (R\$ 439,5 milhões);
- Valores remanescentes, previstos em contrato, relativos a aquisição das empresas: Armetal (R\$ 12,0 milhões); Nakata (R\$ 20,7 milhões); Hercules (R\$ 144,4 milhões); DB (R\$ 13,0 milhões); Fremax (R\$ 3,6 milhões); e CNCS (R\$ 538 mil).

> Integralização de capital (R\$ 482,7 milhões):

- Addiante (R\$ 75,0 milhões);
- Frasle North America e Fras-le México para aquisição da Kuo Refacciones (R\$ 263,0 milhões);
- E também nas unidades de Mogi Guaçu, Banco Randon, nas Holdings localizadas no exterior e nas unidades de tecnologia avançada, para suportar o crescimento dos projetos (R\$ 144,7 milhões).

Seguem abaixo planilha com a abertura dos investimentos realizados neste exercício:

Investimentos - R\$ Mil								
	Autopeças	Controle de Movimentos	Montadora	Serv. Finan. e Digitais	Tecnologia Avançada	2024	2023	Δ%
Orgânicos (CAPEX)	162.840	165.771	102.134	9.465	20.164	460.373	347.207	32,6%
Não Orgânicos	440.004	36.330	144.384	12.953	-	633.670	135.605	367,3%
Integralização de Capital	95.444	262.988	-	95.000	29.301	482.734	465.408	3,7%
Investimentos Totais	698.288	465.089	246.517	117.417	49.465	1.576.777	948.221	66,3%

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos para a financiar os investimentos que a Companhia pretende realizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e captações de recursos com Bancos, Instituições de Fomento e, ou, a mercado.

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas. Em 2024, a *Standard & Poor's* elevou o rating corporativo da Companhia na Escala Nacional Brasil de brAA+ para brAAA, com perspectiva estável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2024, a Frasle Mobility, por meio de Comunicado ao Mercado, divulgado em 16 de abril, anunciou o desinvestimento na controlada Fanacif, encerrando a operação fabril no Uruguai e transferindo máquinas e equipamentos para o parque fabril do site Caxias do Sul, no Brasil.

Esse movimento penalizou os resultados de 2024, reduzindo o lucro líquido em R\$ 56,9 milhões, sendo R\$ 45,8 milhões relacionados a despesas de reestruturação e R\$ 11,1 milhões pelo não reconhecimento de impostos diferidos nesta unidade, devido ao encerramento da operação.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia executou ao longo de 2024 importantes obras de expansão de sua capacidade, dentre elas as unidades da Castertech e da Suspensys localizadas em Mogi Guaçu, o início da automação do centro de distribuição da Frasle Mobility site Extrema e a expansão do laboratório de testes no CTR que deverão contribuir com os resultados no ano de 2025.

Em novembro de 2024, também anunciamos investimentos de aproximadamente R\$ 400 milhões, que iniciaram em 2024 e que se desdobrarão ao longo dos próximos anos em nossa unidade de semirreboques em Araraquara. Como principais objetivos destes investimentos estão a autonomia da planta, valorizando as características de cada uma das fábricas da Vertical Montadora e a logística de distribuição dos produtos, tornando a entrega mais rápida e competitiva no centro do país, a otimização da produção de linhas de semirreboques com ganhos de produtividade e eficiência, além da aproximação com os clientes da região Sudeste.

Como eventos subsequentes à divulgação dos resultados de 2024, tivemos no 1T25 a aquisição de novas plantas conforme segue:

i) **Kuo Refacciones (Dacomsa)** - em janeiro de 2025 a controlada Frasle Mobility concluiu a compra da Dacomsa, empresa que atua exclusivamente no segmento de reposição no México, que agregará capacidade produtiva em diversos itens já comercializados pela vertical Controle de Movimentos, e que

também proporcionará a expansão de seu portfólio;

ii) Delta Global: em janeiro de 2025, foi concluída a aquisição da Delta Global, empresa especializada em tecnologia e serviços para o mercado de seguros e transportes, para complementar o portfólio de soluções da Vertical Serviços Financeiros e Digitais;

iii) AXN Heavy Duty: em janeiro de 2025, foram adquiridos os ativos da AXN Heavy Duty, fabricante de eixos e suspensões localizada dos Estados Unidos, que comercializa estas linhas de produto especialmente para o mercado de semirreboques nos Estados Unidos e Canadá, agregando capacidade e portfólio neste segmento de atuação.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Garantir a sustentabilidade do negócio por meio da inovação contínua, disruptiva e colaborativa, buscando avanços no transporte sustentável de cargas e na cadeia de valor é um dos focos de nossa estratégia.

No ano de 2024, foram investidos R\$ 212,0 milhões em P&DI - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, (R\$ 193,0 milhões em 2023), distribuídos em inovação de produtos, processos e nas megatendências de mobilidade. Além disso, foram registradas 73 patentes durante o exercício no Brasil, com abrangência internacional (66 patentes depositadas em 2023).

Foram destaques de inovação em 2024:

> Consolidação do EasyMES – plataforma proprietária de gerenciamento de manufatura, alinhada aos mais modernos conceitos de fábrica inteligente;

> Lançamento do Brain – programa que tem por objetivo estruturar e coordenar a utilização de inteligência artificial (IA) em toda a Companhia;

> Apresentação da AT4T – Autonomous Technology for Transportation – tecnologia autônoma para movimentação em ambientes controlados, desenvolvida de forma exclusiva pela Randoncorp, que está alicerçada em quatro pilares: hardwares de alto desempenho, sistemas de percepção, de tomada de decisão e de controle;

> Electronic Braking System (EBS) - módulo de controle eletrônico desenvolvido para otimizar os sistemas de freio a ar convencionais em veículos pesados, especialmente para semirreboques. A tecnologia passa a ser obrigatória a partir de 2025, conforme Resolução nº 954 do Conselho Nacional de Trânsito

(Contran). O sistema desenvolvido pela Suspensys utiliza sensores e controladores eletrônicos para gerenciar a frenagem de forma mais eficiente, proporcionando uma resposta mais rápida e precisa em comparação com os sistemas tradicionais, além de aumentar a segurança do veículo por incluir controle anti-tombamento, garantindo toda conformidade com a legislação brasileira.

> Eixo Autodirecional PSYS Low Mount - proporciona facilidade em manobras, estabilidade, economia de combustível e melhor controle em curvas. A linha é preparada para o aumento da capacidade de carga em 10 toneladas, conforme legislação brasileira, e conta também com alinhamento automático das rodas, que reduz o desgaste desigual e contribui para uma menor redução de danos ao pavimento devido ao uso de suspensão pneumática.

> LWS Master (*Lining Wear Monitoring System*) - sensor em tempo real do desgaste da lona do freio, que gera dados precisos para um planejamento eficiente. Isso significa menos paradas desnecessárias e mais dados sobre rotas para avaliação do motorista. O LWS Master conta com integração ao Randon Smart, que otimiza a trajetória do motorista e possibilita o planejamento do trajeto, as paradas de manutenção e troca da lona de freio. Além da plataforma, a tecnologia também conta com um aplicativo próprio, para atender às necessidades e diversas aplicações do mercado.

> Aranha de freio (*spider*) desenvolvida com partículas de nióbio – permite diminuir o peso do componente, mantendo as características de resistência e de durabilidade. Construída em ferro fundido de alta resistência e montada com buchas de inox na ancoragem para maior resistência à corrosão e desgaste. O produto é resultado de pesquisa conjunta com Instituto Hercílio Randon (IHR) e NIONE.

> Cubo de roda, tambor de freio e suportes fundidos desenvolvidos com nanotecnologia – também oriundos de pesquisa conjunta com Instituto Hercílio Randon (IHR) e NIONE. A tecnologia permite uma redução significativa no peso das peças para caminhões, ônibus e implementos rodoviários, sem comprometer a resistência, resultando em menor desgaste e maior durabilidade. A linha está em fase de desenvolvimento pela Companhia, visando alcançar mercados nacionais e internacionais, com destaque para a família de cubos de roda, item essencial na segurança do veículo, desempenhando um papel importante tanto na qualidade de rodagem quanto na frenagem.

> Nova família de produtos chamada BRAVO – aparelhos de levantamento para semirreboques, disponível no modelo BR240. Com engenharia brasileira e certificado em qualidade internacional, o produto é fabricado com materiais de alta resistência e tem a sustentabilidade em foco, pois reduz a utilização de soldas e graxa em até 40%. Essa nova linha proporciona facilidade de montagem, maior segurança, com a eliminação da posição neutra, evitando descidas involuntárias do aparelho, além de contar com redução de peso e alta eficiência. Além do aparelho tradicional, a empresa também apresenta o modelo totalmente elétrico, que reduz o esforço do motorista, gerando maior conforto, ergonomia e segurança, que conta com modo de acionamento manual de emergência e um tempo de apenas 75 segundos.

> Molas de suspensão – desenvolvidas em material compósito, livres de corrosão e que proporcionam maior amortecimento. São três modelos em destaque: para implementos rodoviários, 42%

mais leve que o mesmo item na versão metálica; para caminhões, com estimativa de até 33% na redução de peso na comparação com peça similar em aço; e para veículos recreativos, o que possibilita redução de ruídos e é 25% mais leve no comparativo de mercado.

> Para-lama para implemento florestal – 60% mais leve, mais flexível, fácil de montar e resistente ao impacto.

> Travessa de chassis para automóveis – além das vantagens de ser livre de corrosão e mais leve, confere uma flexibilidade maior de design.

> Pastilhas de freio Ehnergy HD – desenvolvidas especialmente para veículos pesados elétricos e híbridos, apresentam material de fricção com alta capacidade de frenagem e reduzida propensão a ruídos de freio, proporcionando o máximo em segurança e conforto. Com uma formulação exclusiva, conferem maior durabilidade de pastilhas e disco para veículos comerciais em aplicações Stop&Go, sendo uma solução de fricção adequada para BRT (*Bus Rapid Transit*) e ônibus em ambiente urbano. Ambos os modelos contam com um avançado sistema de retenção mecânica, que atua para impedir o deslocamento. Também recebem revestimento de fricção extra, o que aumenta a segurança e melhora a performance no período de assentamento. Os componentes apresentam ainda ranhura em “V”, evitando o acúmulo de detritos em condições mais severas, diminuindo o desgaste.

> Bitrem Tanque 63 mil litros – Tanque Aço Carbono, com capacidade de 63 mil litros, que se diferencia pelo aumento expressivo de 1 mil litros em carga transportada. Com caixa de carga no formato cilíndrico e múltiplas setas de aferição, o novo tanque permite o transporte de produtos com diferentes densidades, proporcionando versatilidade ao transportador. Para maximizar a segurança na operação, o modelo conta com tampa de inspeção parafusada em 24 pontos, com reforço na vedação e sistema exclusivo de alívio de pressão, o que evita derramamento de carga, em caso de tombamento do veículo. O novo Bitrem Tanque conta com sistema EBS (Electronic Brake System), se antecipando à exigência da nova legislação para veículos comerciais, que será obrigatório em 2025. O sistema vem ao encontro do importante avanço em tecnologia que potencializa a segurança do veículo durante a rodagem. Conta, ainda, com o sistema de telemetria Randon Smart, que permite medir e analisar o uso e desempenho do semirreboque, facilitando o gerenciamento da frota pelo transportador.

> Semirreboque Graneleiro - a nova configuração deste produto o torna mais leve, resistente e durável.. O novo Graneleiro é aproximadamente 400 Kg mais leve do que o produto padrão graças à estrutura em alumínio, complementada por perfis laterais, frontal e fueiros em aço inox de alta resistência. O assoalho, também em alumínio, confere mais durabilidade e melhora o escoamento da carga. Outra vantagem importante da combinação de materiais é a resistência à corrosão e oxidação. O produto também é equipado com o sistema EBS (*Electronic Brake System*) e tecnologia Randon Smart. Outros diferenciais, como Aparelho de levantamento elétrico, nova Caixa de Rancho e porta estepe parafusado serão novidades apresentadas que trazem ergonomia e segurança na operação do produto.

> Sider Modular Hybrid R com e-Sys – conta processo de fabricação que diminui em 70% o uso de solda, além de apresentar expressiva redução de peso e custos de operação e manutenção. A tecnologia de fabricação modular é inédita, patenteada pela Randon. A diminuição no peso é de uma tonelada, possibilitando maior ganho de carga líquida, cerca de 4% a cada viagem, impactando significativamente na rentabilidade do transportador – além de transportar mais carga, há economia de combustível. A nova configuração contribui para reduzir a pegada de carbono. Enquanto fabricante, a Randon diminui cerca de 1,68 tonelada de CO₂ por unidade produzida a partir da tecnologia modular. Além disso, outros estudos de desempenho indicam que o Semirreboque Modular tem o potencial de reduzir em até 3,5 toneladas de CO₂ por ano durante a operação em campo, quando comparado a modelos similares produzidos pelo método convencional. O produto é equipado com tecnologia e-Sys, da Suspensys, sistema de tração auxiliar elétrico e único no mundo em suas configurações. A solução tem um conceito inovador e sustentável, pois conta com um algoritmo inteligente que faz com que o motor elétrico passe a trabalhar como gerador, recuperando a energia cinética em frenagens e descidas e armazenando-a em baterias que alimentarão o eixo elétrico no momento de necessidade de tração, fazendo com que a economia de combustível alcance até 25%, propiciando um menor desgaste dos componentes e contribuindo para uma menor geração de resíduos e menor emissão de gases no meio ambiente, com forte impacto também na competitividade do negócio.

> Randon Smart – plataforma de inteligência embarcada para controle de frota, única no mercado, resultado de expertise da empresa em soluções para o transporte de cargas. O sistema demonstra o pioneirismo da Randon em oferecer ao mercado tecnologias de ponta para implementos rodoviários, acompanhando a vida útil do produto e permitindo o controle total da operação. A plataforma possui sistemas de telemetria e sensoriamento. Com isso, o cliente pode monitorar, gerenciar e controlar todas as funcionalidades de seus implementos de onde estiver. É possível, ainda, contratar serviços de manutenção preventiva por meio da Rede de Distribuidores Randon. Em 2024 foram apresentados ao mercado as novas funcionalidades do Randon Smart, que são: monitoramento da pressão e temperatura dos pneus do implemento, gerando economia e segurança na sua operação; sensor de desgaste de freio, que emite alertas e indica quando há necessidade da substituição das lonas de freio; e controle de temperatura, que monitora o interior da caixa de carga, mesmo quando o caminhão não está acoplado ao semirreboque. O sistema registra o histórico da temperatura durante o trajeto verificando a distribuição térmica em toda a carreta, com alerta em caso de superaquecimento. Todas essas funcionalidades permitem ao gestor da frota otimizar o planejamento da viagem, aproveitando a melhor performance do produto.

A Companhia e suas controladas têm diversos projetos e pesquisas em desenvolvimento, que são realizados tanto por suas equipes em estruturas próprias, quanto pelo Instituto Hercílio Randon, associação sem fins lucrativos que atua como Instituto de Ciência e Tecnologia, que é apoiado pela Randoncorp.

Seguem abaixo conceitos e/ou projetos em desenvolvimento no âmbito da inovação, em especial, nas megatendências da indústria da mobilidade:

> **Eletrificação:** possuímos 7 projetos em andamento, em iniciativas relacionadas aos novos conceitos de propulsão, com foco em tração elétrica, que possibilitam a redução de combustíveis fósseis, ou

seja, agregam benefícios na redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa). Um exemplo recente de produto desenvolvido, e já comercializado, neste conceito foi o e-Sys, sistemas de tração elétrica, que oferece inúmeros benefícios aos transportadores, como economia de combustível de até 25% e redução na emissão de gases poluentes.

- > **Eletrônica Embarcada:** possuímos 10 projetos nesse conceito, que contemplam a inserção de sistemas complexos, que contam com microprocessadores e *softwares* dedicados. Como exemplo de produto lançado, temos a Randon Smart, plataforma própria com sistemas de telemetria e sensoramento que geram dados para controle e gerenciamento de frota.

- > **Smart Materials:** atualmente temos 25 projetos em andamento, com foco no desenvolvimento de soluções alternativas ao uso de materiais em aplicações veiculares, com foco em redução de peso e aumento de eficiência. A Frasle Mobility possui uma linha produtiva específica que utiliza materiais compósitos, a Composs, desenvolvida em parceria com o IHR.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia divulgou em 2021 sua “Ambição ESG”, estratégia de sustentabilidade, que contempla compromissos públicos e temas materiais.

A construção da Ambição ESG foi realizada a partir da perspectiva dos investidores (principais índices ESG do mercado de capitais), dos principais *frameworks* (GRI - *Global Reporting Initiative*, SASB – *Sustainability Accounting Standards Board* e ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), das melhores práticas do setor e da própria estratégia de atuação da Companhia.

Os compromissos públicos ESG assumidos a partir de 2021, tendo como ano-base 2020, foram:

- > Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025;
- > Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- > Zerar acidentes graves;
- > Ampliar a receita líquida anual gerada por novos produtos;
- > Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.

Em 2023, foi realizada a revisão dos temas materiais da Randoncorp, por meio do conceito de dupla materialidade, que considera três eixos de análise: financeiro, riscos socioambientais e perspectiva dos *stakeholders*.

Por meio dela foram identificados nove temas prioritários, que foram agrupados em três pilares de atuação: Planeta (*Environmental*), Pessoas (*Social*) e Negócios (*Governance*). Os compromissos públicos não tiveram alteração, sendo mantidos até a data de sua respectiva meta assumida.



Em todos os compromissos, bem como nos demais temas de nossa Ambição ESG, há oportunidades, para garantia da sustentabilidade da Companhia, e para geração de impacto positivo na sociedade. Como foco, temos:

- > Desenvolvimento de produtos *eco-friendly* relacionados às megatendências da indústria automotiva, a exemplo do sistema de tração elétrico (e-Sys) e Composs (*smart materials*);
- > Uso de energias de fontes renováveis como, por exemplo, usinas fotovoltaicas no CTR e na China e projeto Caldeira Verde;
- > Economia circular através dos programas de logística reversa e destinação correta de resíduos, a exemplo do programa Eco-areia, da controlada Castertech e do programa Recycle Max da Frasle Mobility, site Fremax;
- > Diversidade e inclusão com: i) criação de grupos de afinidade (mulheres, raça e etnia, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência), ii) programa de mentoria feminina, iii) projeto de acessibilidade; iv) realização do Censo da Companhia;
- > Saúde e segurança das pessoas com a mitigação dos riscos críticos da Companhia;
- > Cybersegurança com estrutura robusta e governança adequada ao tema, implementando cultura e controles de segurança da informação;
- > Ética e compliance por meio do canal de ética independente e código de conduta ética global.

Conforme mencionado nos itens 2.6 e 2.10, em fevereiro de 2024, a Randoncorp realizou sua primeira captação sustentável, se comprometendo ainda mais com a agenda ESG.

No mesmo período, divulgou o *Sustainability-Linked Financing Framework*, ciente de sua responsabilidade na sociedade e comprometida com a geração de valor compartilhado, acreditando que pode potencializar suas ações para o combate as mudanças climáticas, tendo como objetivos principais:

- > Ampliar seus investimentos no desenvolvimento sustentável, conectados com seu propósito e ambição estratégica;
- > Alinhar sua estratégia de financiamento com os objetivos e metas de sua ESG, e inspirar outras empresas a integrar alternativas financeiras para avanço conjunto e colaborativo nesta temática;
- > Acessar recursos vinculados à sustentabilidade, que incluem e não se limitam à *Sustainability Linked Bonds* (SLBs), e demais instrumentos financeiros;
- > Contribuir para a mitigação das alterações climáticas, incentivando que os participantes do mercado façam a sua parte na promoção financeira conectando-os aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Para acessar o parecer de verificação (*Second Party Opinion*), [clique aqui](#).

As informações relacionadas à sustentabilidade estão disponíveis no site <https://www.randoncorp.com/pt/sustentabilidade/#relatorios-sustentabilidade>

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os fatores relevantes foram mencionados nos itens anteriores.

II. Proposta de destinação do lucro líquido

Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro líquido da Companhia relativo ao exercício de 2024 é de R\$ 408.500.909,72, e corresponde ao resultado, após as deduções das provisões para impostos e das participações estatutárias.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Exercício de 2024		
Descrição	Valor p/ ação (R\$)	Valor Total (R\$)
Juros sobre o capital próprio já distribuído (bruto)	0,36364000	119.380.696,71
Juros sobre o capital próprio já distribuído (líquido de IRF)	0,30909400	101.473.592,20
Proposta de dividendos a declarar	0,04674534	15.346.197,72
Total distribuído e a distribuir (bruto)	0,41038534	134.726.894,43
Total distribuído e a distribuir (líquido de IRF)	0,35583934	116.819.789,92

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 sob a forma de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos e dividendos a declarar é de 34,60% que, pelo valor líquido corresponde a 30,00%, ou seja, percentual mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

No exercício de 2024 não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos a declarar (R\$)	Por ação ON e PN
15.346.197,72	0,04674534

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos remanescentes a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2025, serão distribuídos aos acionistas na base acionária do dia 30 de abril, as ações serão negociadas ex-direito a partir do dia 2 de maio e o pagamento será iniciado no dia 13 de maio de 2025, mediante crédito em conta dos acionistas, de acordo com seu cadastro junto ao banco escriturador.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

O valor a ser pago não será atualizado.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Data da declaração	Data base	Data "ex direito"	Pagamento
24/04/2025	30/04/2025	02/05/2025	13/05/2025

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Descrição	Data da Deliberação	Data de pagamento	Valor bruto total (R\$)	Valor bruto por ação (R\$)	Valor líquido total (R\$)	Valor líquido por ação (R\$)
JCP	17/07/2024	15/08/2024	50.642.575,83	0,1542600	43.046.189,46	0,1311210
JCP	12/12/2024	24/01/2025	68.738.120,88	0,2093800	58.427.402,75	0,1779730
Total			119.380.696,71	0,3090940	101.473.592,20	0,3090940

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	2024 (R\$)	2023 (R\$)	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Lucro/prejuízo	408.500.909,72	381.687.334,95	471.719.141,11	697.875.664,46

- b. **Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Remuneração	2024 (R\$)		2023 (R\$)		2022 (R\$)		2021 (R\$)	
	Total	Por ação	Total	Por ação	Total	Por ação	Total	Por ação
(a) JCP bruto IRF	119.380.696,71	0,36364000	190.987.726,71	0,581759	165.359.556,61	0,503020	94.587.022,38	0,287210
(b) JCP líquido IRF	101.473.592,20	0,30909400	162.339.567,70	0,494495	140.555.871,48	0,427567	80.398.969,02	0,244130
(c) Dividendos	15.346.197,72	0,04674534	0,00		0,00		117.563.722,08	0,356978
Total (b + c)	116.819.789,92	0,35583934	162.339.567,70	0,494495	140.555.871,48	0,427567	197.962.692,49	0,601106

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. **Identificar o montante destinado a reserva legal**

O montante destinado a Reserva Legal, relativo ao exercício de 2024 foi de R\$20.425.045,49.

- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Nos termos na alínea “a” do § 1º do Artigo 39 Estatuto Social, a reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, já deduzidos os eventuais prejuízos e a provisão do Imposto de Renda, que não excederá de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

De acordo com as disposições estatutárias, a Companhia possui ações preferenciais que têm direito ao dividendo igual aquele atribuído as ações ordinárias, não fazem jus a dividendos fixos ou mínimos.

10.Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o disposto na alínea “b” do § 1º do Artigo 39 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% do lucro ajustado. Lucro ajustado é a base para o cálculo dos dividendos e é obtido a partir do lucro líquido, diminuído da importância destinada à Reserva Legal e reservas de incentivos fiscais e acrescido da realização dos resultados abrangentes e da realização de reservas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, o dividendo é pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há dividendos retidos.

11.Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há dividendos retidos.

12.Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não há proposta de destinação do resultado para reservas de contingências.

13.Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há proposta de destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

14.Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

A reserva estatutária da Companhia é denominada Reserva de Investimento e Capital de Giro e está prevista § 2º do Artigo 39 do Estatuto Social. Mencionada reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante proposto a destinação para a Reserva de Investimento e Capital de Giro é de R\$254.672.405,31.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado de acordo com as disposições estatutárias e corresponde ao saldo do lucro ajustado, após a dedução do dividendo obrigatório, e terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas.

Lucro Líquido do exercício	R\$ 408.500.909,72
(-) Reserva legal	R\$ 20.425.045,49
(+) Realização Resultados Abrangentes	R\$ 1.274.223,87
(+) Contratos Onerosos	4.279,43
(+) Realização de reserva	R\$ 44.932,20
Lucro base para cálculo de dividendos	R\$ 389.399.299,73
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos (bruto de IRF)	R\$ 119.380.696,71
Dividendos a serem declarados na AGO	R\$ 15.346.197,72
Reserva de investimento e capital de giro (estatutária)	R\$ 254.672.405,31

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Companhia não possui orçamento de capital, não havendo, portanto, retenção de lucros com essa destinação. A reserva estatutária acumulada nos anos anteriores, mais a destinação proposta para este exercício, perfaz montante suficiente para fazer frente aos investimentos previstos.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

A Companhia não constituiu reserva para incentivos fiscais no ano de 2024.

b. Explicar a natureza da destinação

III. Informações sobre candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal

Conforme Manual para Participação dos Acionistas (página 10), a eleição se dará por candidato, e o acionista controlador propõe a recondução dos atuais Conselheiros, David Abramo Randon, Alexandre Randon (vinculados ao bloco de controle da Companhia), Pedro Ferro Neto e Vicente Furletti Assis (candidatos independentes). O acionista minoritário Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), indicou a recondução e inclusão no BVD, de Ana Carolina Ribeiro Strobel. Em que pese a PREVI não deter o percentual mínimo para a eleição em separado, o acionista controlador, deverá apoiar a indicação, de forma que a candidata possa ser eleita pelo processo de eleição por candidato.

A seguir estão detalhados currículos e, em seguida, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, dos candidatos indicados pela Randoncorp e por acionistas minoritários para compor o Conselho de Administração e Fiscal, bem como os suplentes deste último, na AGO a ser realizada no dia 24 de abril de 2025.

Conselho de Administração					
Nome	David Abramo Randon	Alexandre Randon	Ana Carolina Ribeiro Strobel	Pedro Ferro Neto	Vicente Furletti Assis
a. Data de nascimento	03/09/1959	18/05/1962	01/12/1973	26/11/1958	20/02/1962
b. Profissão	Engenheiro Mecânico	Engenheiro Mecânico	Advogada	Engenheiro mecânico	Engenheiro civil
c. CPF	277.049.120-20	468.801.000-15	977.453.839-00	051.567.138-07	487.467.706-15
d. Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Vice-presidente do Conselho de Administração	Conselheira	Conselheiro	Conselheiro
e. Data da eleição	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025
f. Data da posse	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
g. Prazo do mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
h. Se foi indicado/eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Não, o controlador apoia a indicação	Sim	Sim
i. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não	Não	Sim	Sim	Sim
j. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2019	08/04/2009	14/04/2021	27/04/2017	26/04/2022
k. Informações sobre: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: ⇒ Nome e setor de atividade da empresa ⇒ Cargo	É Presidente do Conselho de Administração da controlada Frasle Mobility, desde 2016. Membro do Conselho Superior da CIC - Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (RS), ocupando cargo de	Ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Banco Randon desde 2010. É Conselheiro Deliberativo da Randonprev – Fundo de Pensão desde 2022. Também é Diretor-Presidente da Dramd	Membro do Comitê de Pessoas da Companhia, desde 2021. Sócia-fundadora da Antler, fundo de venture capital brasileiro, focada em startups em estágio inicial. Sócia-operacional da Redpoint	Possui mais de 30 anos de experiência no setor automotivo, incluindo veículos comerciais e autopeças. Foi Diretor-Presidente da Frasle Mobility, cargo que ocupou de 2014 a 2016, e Diretor da Randoncorp,	É membro efetivo do Conselho de Administração da Itaúsa S.A., atuando como coordenador do Comitê de Estratégia e Novos Negócios, membro do Comitê de Governança e Pessoas, bem como do Comitê de Partes

Conselho de Administração					
Nome	David Abramo Randon	Alexandre Randon	Ana Carolina Ribeiro Strobel	Pedro Ferro Neto	Vicente Furletti Assis
⇒ Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente no período de 2021 a 2023. Atualmente também é Diretor-Presidente da Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral (SSI Saúde), membro do Irmão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e membro associado do Hospital Moinhos de Vento, ambos da cidade de Porto Alegre (RS).	Participações e Administração Ltda e Presidente do Conselho Consultivo da Rasip Alimentos Ltda e da RAR Indústria e Comércio de Alimentos, empresas ligadas à Família Randon.	eventures, fundo descontinuado de venture capital brasileiro. Advogada experiente, especializada em venture capital e M&A, com transações na América Latina, EUA e Europa. Professora convidada pela FGV, IBGC e HSM. Conselheira e membro dos comitês de Inovação e Auditoria da Romi S.A. (ROMI3), desde 2024. Conselheira Administrativa da Softplan S.A., desde 2022. Membro dos Comitês de Risco da Caixa Vida e Previdência e da Too Seguros, empresas brasileiras de seguros. Conselheira e membro do Comitê de Auditoria da Sinqia S.A. (SQIA3), de 2022 a 2023. Membro do Conselho e Comitê de Auditoria da LG Informática S.A., empresa de plataforma digital em soluções de RH do Brasil, de 2021 a 2022. À exceção da própria Companhia, as demais não integram o grupo econômico da Companhia.	em 2016. Atuou, por quase 15 anos, como Executivo da fabricante de autopeças Meritor (USA); foi Diretor-Geral da Luzio Strategy Group North America, LLC (USA), empresa de consultoria empresarial; e, é sócio operacional (operating partner) da Michigan Capital Advisors (USA). À exceção da própria Companhia, as demais não integram o grupo econômico da Companhia	Relacionadas. É membro titular do Conselho de Administração da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., atuando como membro do Comitê de Pessoas e Remuneração. Também é membro titular do Conselho de Administração da CCR S. A., atuando como membro do Comitê de Pessoas e ESG. Membro do Conselho Consultivo da Generation Brasil, é Conselheiro do MASP e é membro do Conselho Superior da Fundação José Luiz Egydio Setubal. É Sócio Sênior Emérito da McKinsey & Company, Inc., onde desempenhou a atividade de sócio sênior. Foi conselheiro da Liquigás Distribuidora S. A. e Conselheiro da Câmara de Comércio Brasil Portugal. Ocupou diversas posições na Petrobrás, chegando a Chefe do Setor de Desenvolvimento de Equipamentos para Uso Offshore. À exceção da própria Companhia, as demais não integram o grupo econômico da Companhia.
i. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. Qualquer condenação criminal ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho de Administração					
Nome	David Abramo Randon	Alexandre Randon	Ana Carolina Ribeiro Strobel	Pedro Ferro Neto	Vicente Furletti Assis
tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer					

Conselho Fiscal - Membros Titulares						
Nome	Alexandre Ribeiro Barbosa	Rosângela Costa Süffert	Ademar Salvador	Américo Franklin Ferreira Neto	Valmir Pedro Rossi	Roberto Frota Decourt
a. Data de nascimento	18/02/1972	22/09/1969	06/09/1956	20/09/1962	10/06/1961	05/07/1972
b. Profissão	Aposentado	Contadora	Contador e advogado	Contador	Contador	Administrador de empresas
c. CPF	000.885.437-81	593.832.670-20	220.575.790-34	045.379.898-58	276.266.790-91	212.672.419-29
d. Cargo eletivo ocupado	Titular	Titular	Titular	Titular	Titular	Titular
e. Data da eleição	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025
f. Data da posse	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
g. Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
h. Se foi indicado/eleito pelo controlador ou não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
i. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
j. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	-0-	14/04/2023	27/04/2017	18/04/2024	14/04/2023	-0-
k. Informações sobre: i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: ⇒ Nome e setor de atividade da empresa ⇒ Cargo ⇒ Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Gerente Executivo no Banco do Brasil – Finanças/Tesouraria; Membro do Conselho Fiscal na Brasilcap Capitalização S.A., sendo suplente desde jul/2019 e titular entre out/2019 a mai/2020; e, membro do Comitê Financeiro na Cateno Gestão de Contas e Pagamento S.A., atuando como titular entre dez/2019 até jun/2024.	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); Membro do Comitê de Auditoria a partir de 2022; RTDR Participações S.A.; Conselheira Fiscal suplente a partir de 2022; KPMG Auditores Independentes; Sócia-diretora de auditoria, de 2015 a 2021; Atua como Consultora de Análise Financeira e Governança, junto a Conselheiros Consultivos e Conselho Fiscal, a partir de 2022.	Dramd Participações e Administração Ltda.; Gerente de 1989 a dezembro de 2024; Holding controladora da Companhia. Randonprev Fundo de Pensão; Diretor-superintendente, desde 1998; entidade fechada de previdência privada das Randoncorp. ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada; Dirigente regional de 2011/2018. Membro do Rotary Club	Ernst & Young Auditores Independentes (EY) - 1993 a 2023 - Sócio de auditoria, com total de 38 anos de experiência em auditoria e contabilidade; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON - 6a região – Diretor técnico (biênios 2020-2021 e 2022-2023); Casa do Menino Jesus de Praga (ONG) – Conselheiro Fiscal Suplente atual. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico	CADAM S.A - Conselheiro Fiscal Titular desde 2018; SIMPAR S.A- Coordenador do Comitê de Auditoria desde 2018; HIDROVIAS DO BRASIL S.A -Conselheiro Fiscal Titular, desde 2023; TAURUS ARMAS S.A- Conselheiro Fiscal Titular, desde 2023; Organização Gestora do Fundo Patrimonial da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sirio Libanês - Conselheiro Fiscal Titular desde 2023; Membro da Comissão de Ética na	Lojas Renner – Conselheiro Fiscal titular desde 2020; Zamp (Burger King) – Conselheiro Fiscal titular de 2022 a 2024; Copersinos Saude – Conselheiro fiscal titular desde 2022; Localiza – Conselheiro Fiscal suplente desde 2023 a 2024; Irmãos Andreazza, membro titular do Conselho Consultivo desde 2024; Riosulense, membro suplente do Conselho de Administração de 2024 a 2025; ConnectPlug, Membro titular do Conselho de Administração

Conselho Fiscal - Membros Titulares						
Nome	Alexandre Ribeiro Barbosa	Rosângela Costa Süffert	Ademar Salvador	Américo Franklin Ferreira Neto	Valmir Pedro Rossi	Roberto Frota Decourt
ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador	Caxias do Sul desde novembro de 1996. A Randon e a Dramd integram o grupo econômico do emissor ou o grupo controlador e a Randonprev é parte relacionada da Companhia.	da Companhia ou o grupo controlador.	Governança Corporativa do IBGC desde 2019; Membro da Comissão de Governança das Instituições Financeiras do IBGC desde 2023 Instituto Mulheres em Operações- MOE - Conselho Fiscal Titular desde 2021	de 2018 a 2021; Metalúrgica Gerdau - Membro titular do Conselho Fiscal de 2007 a 2011 e de 2014 a 2016. É Consultor de governança e finanças Instituto Pantex de Pesquisa desde 1997 Fundador e CEO da Convibra, desde 2004. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador
L. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. Qualquer condenação criminal ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Conselho Fiscal - Membros Suplentes						
Nome	Patrícia Diniz De Paiva	Gilberto Carlos Monticelli	Túlia Brugali	Janine Meira Souza Koppe Eiriz	Patrícia Valente Stierli	Rosane Maria Seibert
a. Data de nascimento	01/02/1968	22/05/1964	29/07/1970	04/01/1977	19/05/1956	19/06/1964
b. Profissão	Administradora de empresas	Contador	Administradora de empresas	Administradora de empresas	Administradora de empresas	Professora
c. CPF	965.846.297-91	401.367.600-15	619.759.580-04	038.039.037-00	010.551.368-78	352.411.950-68
d. Cargo eletivo ocupado	Suplente	Suplente	Suplente	Suplente	Suplente	Suplente
e. Data da eleição	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025	24/04/2025
f. Data da posse	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
g. Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
h. Se foi indicado/eleito pelo controlador ou não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
i. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	-0-	18/04/2024	-0-	-0-	14/04/2023	-0-
k. Informações sobre: iii.Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: ⇒ Nome e setor de atividade da empresa ⇒ Cargo ⇒ Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	Sócia da Boyden do Brasil Ltda, desde junho de 2024; Organização Gestora de Fundo Patrimonial - Hospital Sirio Libanês desde julho de 2024; DFS Holding S.A., CFP de 2021 a 2023; Heinz Brasil S.A., CFO de 2019 a 2021; Coty Brasil Comércio Ltda., CFO de 2019 a 2019. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	Membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, de 2022 até 2023; Metalúrgica Gerdau S.A. (companhia aberta), Conselheiros Fiscal titular desde 2024; Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (companhia aberta) Conselheiro Fiscal suplente desde 2021. ABRASCA, Consultor Financeiro desde 2018; Faculdade Dom Bosco de Porto, professor desde 2014, GMont, professor desde 2018;	Conselheira certificada (CCA e CCF pelo IBGC), consultora e vice-presidente do IBEF-RS. Conselheira das empresas FGV/ EAESP, FT- Fundação Tennis e AVs - Arquitetos Voluntários. Instrutora e consultora para gestão financeira alinhada à governança, estratégia, gestão de riscos, M&A e modelos de negócios sustentáveis/ ESG. Mentora para mulheres executivas. Possui 30 anos de carreira na área financeira-controladoria, como CFO de grandes empresas de diversos setores: Energia, Trading,	Diretora Financeira para América Latina GEFCO Logística de julho de 2016 a julho de 2021; conselheira de administração Suplente da Braslagro desde 2021; curadora do Curso Conselho de Alta Performance FGV Alta Gestão; Sócia FELS Assessoria e Serviços Ltda. desde julho de 2024. Foi membro suplente do Conselho de Administração da ALL América Latina Logística S.A., Gerente Financeira das Organizações Globo, dentre outros. Possui certificação em Governança Corporativa pelo	Conselheira de Administração, Conselheira Fiscal e membro de Comitê de Auditoria certificada pelo IBGC. Conselheira Fiscal da Weg S.A., Presidente do Conselho de Administração da Organização Gestora Fundo Patrimonial Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sirio Libanês e Conselheira de Administração do CIEE Centro de Integração Empresa Escola. Já atuou como Conselheira Fiscal da Eletrobrás, Petrobras, CSN, Hospital Sirio Libanês e Conselheira de	Membro do Conselho Diretor da FuRI, Mantenedora da URI, desde 2023. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Medicina Veterinária da URI, desde 2023. Membro do Conselho Organização Gestora Fundo Patrimonial Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sirio Libanês e Conselheira de Administração do CIEE Centro de Integração Empresa Escola. Já atuou como Conselheira Fiscal da Eletrobrás, Petrobras, CSN, Hospital Sirio Libanês e Conselheira de

Conselho Fiscal - Membros Suplentes						
Nome	Patrícia Diniz De Paiva	Gilberto Carlos Monticelli	Túlia Brugali	Janine Meira Souza Koppe Eiriz	Patrícia Valente Stierli	Rosane Maria Seibert
espécie de valor mobiliário do emissor k. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Instituto Lojas Renner, Conselheiro Fiscal efetivo, desde 2019. Casa do Menino Jesus de Praga, Conselheiro Fiscal efetivo de 2021 a 2022. Parceiros Voluntários, Conselheiro Fiscal suplente desde 2020. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	Serviços e Saúde, incluindo cooperativa. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	INSEAD e é Conselheira certificada pelo IBGC. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	Administração da Pettenatti S.A. e PPE Fios e Cabos. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.	coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de organizações (PPGGEO) desde 2022 e é Editora da Revista GESTO do PPGGEO desde 2019. Nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia ou o grupo controlador.
l. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: iv. Qualquer condenação criminal v. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.	Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Os candidatos para membros do Conselho de Administração David Abramo Randon e Alexandre Randon são irmãos e são irmãos do Diretor-Presidente, Daniel Raul Randon.

David Abramo Randon ocupa cargo de Conselheiro a Controlada Frasle S.A. sendo que Daniel Raul Randon, também é Conselheiro na mesma Companhia.

Em relação aos candidatos, não há nenhuma das relações descritas neste item.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos David Abramo Randon e Alexandre Randon integram o grupo controlador da Companhia.

O candidato a membro titular do Conselho Fiscal, Ademar Salvador, foi gestor da Dramd Participações e Administração Ltda, acionista controladora da Companhia e ocupa o cargo de Diretor-superintendente da Randonprev Fundo de Pensão.

Em relação aos demais candidatos, não há nenhuma das relações descritas neste item.

IV. Proposta de Remuneração - Item 8 do FRE

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 13, INCISO I

O Conselho de Administração, aprovou o encaminhamento aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), da seguinte proposta de remuneração para ao ano de 2025:

(a) Para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, o montante global de **R\$32.504.191,65** (“Remuneração Global dos Administradores”) incluídos nesse montante: (i) honorários fixos; (ii) remuneração variável (Bônus de Retenção ILP); (iii) remuneração variável (Participação nos Resultados); (iv) pós emprego (previdência privada), plano de saúde e seguro de acidentes pessoais.

A Remuneração Global dos Administradores foi estipulada, com parâmetros de mercado, conforme pesquisa anual, considerando a experiência dos Conselheiros e Executivos, o alto grau de conhecimento técnico e estratégico para exercício da função, tendo em conta o posicionamento da Companhia no mercado, seu crescimento acelerado, buscando a retenção, a valorização e a manutenção de talentos individuais, frente a um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo.

Uma vez aprovada a verba, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração procederá a distribuição das importâncias individuais, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria.

A seguir o quadro comparativo da verba de 2024 e a proposta para 2025.

Espécie	2025		2024		
	AGO	FRE	Aprovado AGO	FRE Ajustado	Realizado
Honorários fixos	R\$ 13.117.548,47	R\$ 13.117.548,47	R\$ 12.644.475,40	R\$ 12.644.475,40	R\$ 12.222.469,15
Participação nos lucros	R\$ 14.169.350,46	R\$ 14.169.350,46	R\$ 16.019.356,42	R\$ 10.091.922,89	R\$ 10.091.922,89
Bônus de retenção	R\$ 4.576.923,52	R\$ 4.576.923,52	R\$ 3.430.778,25	R\$ 2.772.853,27	R\$ 2.772.853,27
Benefícios	R\$ 640.369,20	R\$ 640.369,20	R\$ 689.764,57	R\$ 689.764,57	R\$ 590.970,08
Total Geral	R\$ 32.504.191,65	R\$ 32.504.191,65	R\$ 32.784.374,64	R\$ 26.199.016,13	R\$ 25.678.215,39

As diferenças entre o previsto no FRE e o total realizado no exercício de 2024, referem-se aos percentuais de correções, projetado a maior.

(b) Para os membros titulares do Conselho Fiscal, o montante global de até **R\$ 902.520,00**.

Em relação à remuneração a ser atribuída ao Conselho Fiscal, será distribuída de forma igualitária entre seus membros, o que perfaz a importância individual anual de R\$ 180.504,00. Tal remuneração está baseada em parâmetros de mercado apurados em pesquisa anual, e não será inferior ao mínimo legal para cada membro, correspondente a 10% (dez por cento) da que em média for atribuída a cada diretor estatutário da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, conforme artigo 162, §3º da Lei nº 6.404/76.

A seguir o quadro comparativo da verba de 2024 e a proposta para 2025.

Espécie	2025		2024		
	AGO	FRE	AGO	FRE	Realizado
Honorários fixos	R\$ 902.520,00	R\$ 902.520,00	R\$ 877.680,00	R\$ 877.680,00	R\$ 877.680,00
Total Geral	R\$ 902.520,00	R\$ 902.520,00	R\$ 877.680,00	R\$ 877.680,00	R\$ 877.680,00

Conforme entendimento do Colegiado da CVM que, em reunião realizada em 08/12/2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10), entendeu que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia. Em linha com o entendimento do Colegiado da CVM, na proposta de remuneração global deste exercício de 2023 a ser submetida à AGO, não foram incluídos os valores relativos as contribuições ao INSS, incidentes sobre a remuneração dos administradores devidas pela Companhia.

Caxias do Sul, 19 de março de 2025.

Os Administradores.

Item 8 – Formulário de Referência

8. Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Randon S.A. Implementos e Participações possuem uma Política de Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2021, divulgada no website de Relações com Investidores da Companhia em Governança Corporativa (<https://ri.randoncorp.com/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>).

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal tem como objetivo:

- alinhar os interesses dos colaboradores com a estratégia da Companhia e dos acionistas;
- reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções;
- estimular os profissionais a contribuir e buscar cada vez mais a expansão dos negócios; e
- assegurar que a remuneração dos executivos reflita nos resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia, bem como a competitividade desta frente as práticas de mercado;

Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas mensais.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração anual dos Administradores é recomendada pela área de Pessoas e Cultura Corporativa e apresentada ao Comitê de Pessoas, órgão não estatutário, e posteriormente aprovada em reunião de Conselho de Administração.

Nesse contexto, o Conselho de Administração conta com o assessoramento do Comitê de Pessoas, órgão consultivo, não estatutário, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e responsável por avaliar e discutir as diretrizes da remuneração da administração, incluindo os critérios de remuneração (fixa e variável) e benefícios, zelando para que tais diretrizes estejam compatíveis com a Política de Remuneração dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal, em consonância com as metas e a situação econômico-financeira da Companhia. As responsabilidades do Comitê de Pessoas podem ser acessadas de forma mais detalhada no Regimento Interno do Comitê de Pessoas disponível em: <https://ri.randoncorp.com/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Para realizar nossas pesquisas salariais anuais, contamos com consultorias renomadas, sendo que as pesquisas são compostas por empresas com características similares à Randon S.A, de mesmo porte e segmento, reconhecidas no mercado. A Companhia se utiliza destes dados para analisar a competitividade das práticas de remuneração, assim como estabelecer eventuais necessidades de reajustes salariais dos profissionais. Em comparação ao mercado da Randon, mantemos para os executivos da Companhia um posicionamento alinhado ao mercado, fortalecendo a relação entre a remuneração e o crescimento sustentável da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A remuneração do conselho de administração e da diretoria é recomendada pela área de Pessoas e Cultura Corporativa e apresentada ao Comitê de Pessoas, sendo posteriormente aprovada em reunião de conselho de administração. O Conselho de Administração poderá revisar periodicamente, modificar, alterar ou revogar a política de remuneração, especialmente no caso de qualquer alteração essencial ou relevante às leis ou aos regulamentos aplicáveis, respeitando sempre as regras de governança corporativa da Companhia

c) Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, em relação a cada um deles:

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A remuneração é composta de (i) honorários fixos, (ii) remuneração variável (representada por participação nos lucros e resultados e Bônus de Retenção - ILP, concedida apenas aos diretores), (iii) previdência privada, (iv) assistência médica e (v) seguro de acidentes pessoais.

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é composta por (i) honorários fixos mensais têm por objetivo remunerar os administradores pelo exercício de suas funções; (ii) a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso à saúde dos administradores e de seus dependentes, se for o caso; e, o (iii) seguro de acidentes pessoais tem por objetivo assegurar aos administradores o custeio das despesas médicas e hospitalares em caso de acidente quando em viagem.

Remuneração Variável

A remuneração variável é composta pela seguinte forma:

- Incentivo de curto prazo (participação nos lucros) – a participação nos lucros e resultados visa desafiar os diretores a cada vez mais buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico, paga anualmente de acordo com o atingimento dos resultados da Companhia. Essa remuneração tem três principais indicadores: EBIT, *Operating Cash Flow* e Necessidade de Capital de Giro. O atingimento dos indicadores é calculado de acordo com o % de atingimento do planejado anualmente. Os Diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao montante dos honorários fixos dos administradores ou 10% (dez por cento) dos lucros da Companhia, o que for menor.
- Bônus de Retenção ILP a remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos elegíveis no médio e longo prazo. O programa reconhece e recompensa a constância e o comprometimento dos executivos atrelando o bônus com a estratégia e perenidade da companhia e os interesses dos acionistas.

O bônus tem um ciclo de três anos, ou seja, ao término de três anos o executivo é recompensado pelas seguintes métricas, de acordo com o atingimento dos resultados da Companhia:

- Crescimento do EBITDA: busca constante por maior retorno para as partes interessadas;
- ROIC: otimização do capital investido (ativos, NCG) na companhia;
- Alavancagem financeira: otimização da estrutura de capital, visando a perenidade financeira e capacidade de realização de novos investimentos para crescimento ou manutenção da companhia.

O Bônus de Retenção - Incentivo de Longo Prazo é composto pelos seguintes fatores:

- Retenção (permanência na empresa): Corresponde a 30%(trinta por cento) da premiação.
- Performance (atingimento dos indicadores): Este fator pode ser reduzido ou alavancado de acordo com o nível de atingimento dos indicadores e corresponde a 70%(setenta por cento) da premiação.

Abaixo exemplo de indicadores:

Indicador	Peso	Gatilho	Meta	Superação
Crescimento do EBITDA no período de 3 anos (média)	40%	300	450	600
ROIC (média)	30%	10%	15%	20%
Alavancagem: Dívida/EBITDA	30%	2x	1x	0x

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, assegurando o mínimo de 10%(dez por cento) da remuneração da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Os Conselheiros Fiscais fazem jus, ainda, ao reembolso das despesas com locomoção e estadia, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na AGO.

• **Sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais**

Não existe proporção fixa, podendo a composição da remuneração variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A participação dos administradores nos lucros e resultados obedece aos limites estabelecidos na Lei 6.404/76. Já o Bônus de Retenção – ILP está atrelado ao atingimento dos indicadores financeiros da Companhia pelo período de 3 (três) anos, conforme mencionado no item anterior.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

2024	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	98,33%	0,42%	0,00%	1,26%	100,00%
Diretoria Estatutária	40,84%	0,22%	56,50%	2,44%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

2023	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	98,47%	0,43%	0,00%	1,10%	100,00%
Diretoria Estatutária	34,52%	0,19%	62,59%	2,69%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

2022	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	97,35%	0,43%	0,00%	2,23%	100,00%
Diretoria Estatutária	37,39%	0,23%	58,79%	3,58%	100,00%
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas em empresas do mesmo setor e mesmo porte, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o seguro de acidentes pessoais é reajustado pelo índice IPCA anualmente.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os honorários são definidos com base em parâmetros estatísticos de remuneração fixa alinhados ao mercado, obtidos em pesquisas salariais específicas, identificados através da comparação de ocupantes de cargos equivalentes no mercado nacional, bem como parâmetros de inflação, e, a participação nos lucros, a partir de 2023, baseia-se nos indicadores de lucro líquido, EBIT e *Operating Cash Flow* e Necessidade de Capital de Giro, para a remuneração variável (Bônus de Retenção ILP) os indicadores financeiros são: EBITDA, ROIC e Alavancagem, que tem como desafio otimizar os resultados da Companhia conforme a meta estabelecida no planejamento estratégico.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico- financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total do Exercício Social Prevista - 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.686.959,00	8.430.589,47	902.520,00	14.020.068,47
Benefícios direto e indireto	19.416,24	45.389,80	0,00	64.806,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.576.923,52	0,00	4.576.923,52
Participação de resultados	0,00	14.169.350,46	0,00	14.169.350,46
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	56.674,50	518.888,66	0,00	575.563,16
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o nº de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	4.763.049,74	27.741.141,91	902.520,00	33.406.711,65
Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.267.477,64	7.954.991,51	877.680,00	13.100.149,15
Benefícios direto e indireto	18.173,88	42.490,96	0,00	60.664,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				

Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.772.853,27	0,00	2.772.853,27
Participação de resultados	0,00	10.091.922,89	0,00	10.091.922,89
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	54.494,76	475.810,48	0,00	530.305,24
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o nº de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	4.340.146,28	21.338.069,11	877.680,00	26.555.895,39

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.928.020,30	7.127.911,88	792.000,00	11.847.932,18
Benefícios direto e indireto	17.168,94	40.207,44	0,00	57.376,38
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.858.131,60	0,00	2.858.131,60
Participação de resultados	0,00	10.068.161,80	0,00	10.068.161,80
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	44.021,57	556.458,30	0,00	600.479,87
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o nº de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	3.989.210,81	20.650.871,02	792.000,00	25.432.081,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	4,33	14,33
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,33	14,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.692.485,16	6.175.419,54	603.399,96	10.471.304,66
Benefícios direto e indireto	16.136,91	37.926,77	0,00	54.063,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				

Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.709.113,47	0,00	9.709.113,47
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	84.474,68	591.854,63	0,00	676.329,31
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP, o nº de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	3.793.096,75	16.514.314,41	603.399,96	20.910.811,12

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Variável- exercício social prevista (31/12/2025)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.099.646,10		1.099.646,10
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.971.992,25		2.971.992,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		4.576.923,52		4.576.923,52
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		4.576.923,52		4.576.923,52
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Não há previsão		Não há previsão
Valor máximo previsto no plano de remuneração		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		14.169.350,46		14.169.350,46
Remuneração Variável- exercício social encerrado (31/12/2024)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		762.395,17		762.395,17
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3.430.778,25		3.430.778,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		2.541.317,22		2.541.317,22
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		2.772.853,27		2.772.853,27
Participação nos resultados				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Não há previsão		Não há previsão
Valor máximo previsto no plano de remuneração		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		10.091.922,89		10.091.922,89
Remuneração Variável- exercício social encerrado (31/12/2023)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	15,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	15,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		808.473,40		808.473,40
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.042.367,12		4.042.367,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		2.694.911,33		2.694.911,33
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		2.858.131,60		2.858.131,60
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Não há previsão		Não há previsão
Valor máximo previsto no plano de remuneração		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		10.068.161,80		10.068.161,80
Remuneração Variável- exercício social encerrado (31/12/2022)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	4,33	14,33
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,33	14,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")				
Valor efetivamente reconhecido no exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Não há previsão		Não há previsão
Valor máximo previsto no plano de remuneração		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")		10% do Lucro Líquido		10% do Lucro Líquido
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		9.709.113,47		9.709.113,47

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Fras-le - Ações ordinárias	345.274,00	10.000,00	0,00	355.274,00
Fras-le - Ações preferenciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Randon Implementos - Ações ordinárias	1.846,00	155,00	0,00	2.001,00
Randon Implementos - Ações preferenciais	71.886,00	379.174,00	0,00	451.060,00
Total	419.006,00	389.329,00	0,00	808.335,00

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Dados previdência	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Condições para se Aposentar antecipadamente	55 anos e 10 anos de empresa	55 anos e 10 anos de empresa
Nome do plano	Randonprev	Randonprev
Número de membros remunerados	1	5
Número total de membros	1	5
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não Há	Não Há
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	5
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores		13.588.619,44
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores		475.298,12

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Item	Conselho de Administração			Conselho Fiscal			Diretoria Estatutária		
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Nº total de membros	5,00	5,00	5,00	4,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Nº total de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	4,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Valor da Maior Remuneração	1.847.480,99	1.864.143,84	1.933.634,72	137.133,32	158.400,00	175.536,00	1.877.445,65	2.004.341,74	2.110.421,94
Valor da Menor Remuneração	297.499,24	357.000,00	428.400,00	137.133,32	158.400,00	175.536,00	711.582,03	1.189.082,10	1.412.073,66
Valor Médio da Remuneração	615.414,19	785.604,06	853.495,53	120.679,99	99.000,00	125.382,86	1.235.083,91	1.425.582,38	1.590.998,30

Diretoria Estatutária

31/12/2024	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros. Remuneração Total / Nº de Membros - realizado cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros.
-------------------	--

31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de Membros - realizado cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros.
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de Membros - realizado cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros.

Conselho de Administração	
31/12/2024	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de membros realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a informação total de membros
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de membros realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a informação total de membros
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de membros realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.

Conselho Fiscal	
31/12/2024	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 4 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 6 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não há qualquer previsão em contrato, apólice de seguro ou outros mecanismos de remuneração ou indenização para o caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Para os Diretores, há possibilidade de indenização mediante obrigatória avaliação de impactos e aprovação do Conselho de Administração e, se aplicável, contrato de não competição.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal

que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Conselho de Administração				Diretoria Estatutária				Conselho Fiscal			
2025	2024	2023	2022	2025	2024	2023	2022	2025	2024	2023	2022
68,94%	70,39%	78,50%	76,47%	40,06%	40,70%	42,24%	45,77%	20,00%	20,00%	20,00%	22,73%

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não recebem outras remunerações além daquela estabelecida para o exercício de seus cargos.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conforme citado no item 8.1 f, os administradores e demais pessoas citadas no item 8.1, não recebem remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos, em função do exercício do cargo no emissor.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A partir do exercício social de 2023, o Programa de Remuneração Variável (ILP) deixa de ser reportado como Participação nos Lucros, e passa a ser Remuneração Variável(Bônus) nos termos informados no item 8.2.

Salientamos que os encargos sociais do empregador, projetados para o ano de 2025 não estão contemplados no item 8.2, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 08 de dezembro 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10). Para fins informativos, os valores despendidos pela Companhia com os encargos sociais no exercício social do ano de 2023 e projetados para o ano de 2024 seguem abaixo:

Realizado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
INSS	R\$ 853.495,52	R\$ 175.536,00	R\$ 4.163.953,45	R\$ 5.192.984,97
Total	R\$ 853.495,52	R\$ 175.536,00	R\$ 4.163.953,45	R\$ 5.192.984,97

Projetado	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
INSS	R\$ 1.560.971,22	R\$ 180.504,00	R\$ 4.813.843,06	R\$ 6.555.318,28
Total	R\$ 1.560.971,22	R\$ 180.504,00	R\$ 4.813.843,06	R\$ 6.555.318,28

Ademais, no item 8.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo

número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se deu conforme demonstrado a seguir:

	2022	2023	2024	2025
Diretoria				
janeiro	6	5	5	5
fevereiro	6	5	5	5
março	6	5	5	5
abril	6	5	5	5
maio	6	5	5	5
junho	6	5	5	5
julho	4	5	5	5
agosto	4	5	5	5
setembro	4	5	5	5
outubro	4	5	5	5
novembro	4	5	5	5
dezembro	4	5	5	5
Total	60	60	60	60
Média (Total/Nº Meses)	5	5	5	5
Conselho de Administração				
janeiro	4	5	5	5
fevereiro	4	5	5	5
março	4	5	5	5
abril	4	5	5	5
maio	4	5	5	5
junho	4	5	5	5
julho	6	5	5	5
agosto	6	5	5	5
setembro	6	5	5	5
outubro	6	5	5	5
novembro	6	5	5	5
dezembro	6	5	5	5
Total	60	60	60	60
Média (Total/Nº Meses)	5	5	5	5
Conselho Fiscal				
janeiro	3	5	5	5
fevereiro	3	5	5	5
março	3	5	5	5
abril	3	5	5	5
maio	5	5	5	5
junho	5	5	5	5
julho	5	5	5	5
agosto	5	5	5	5
setembro	5	5	5	5
outubro	5	5	5	5
novembro	5	5	5	5
dezembro	5	5	5	5
Total	52	60	60	60
Média (Total/Nº Meses)	4,33	5	5	5

V. Proposta de modificação do Estatuto Social

Proposta para mudança da Denominação Social e consequente alteração Estatutária, nos termos do Art. 12. da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022.

RANDONCORP S.A.

(RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES)

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - RANDONCORP S.A. (RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES) (“Companhia”) é uma sociedade anônima por ações que se rege pelo presente estatuto e pelas normas pertinentes.

Justificativa: O objetivo da mudança da denominação social de Randon S.A. Implementos e Participações para Randoncorp S.A., visa dar mais alinhamento à marca, segregando a diferença entre a Vertical Montadora e a Corporação (Holding), facilita a formalização de acordo e evita confusões jurídicas. Dar continuidade ao reposicionamento das marcas Randoncorp (conjunto de empresas do mesmo conglomerado econômico do segmento automotivo) e Randon (montadora de implementos para o transporte) e reduzir a associação equivocada entre ambas, uma vez que os comunicados oficiais a adotar a denominação identificada pela marca utilizada de forma corporativa. Esta alteração estatutária não ocasionará nenhum efeito jurídico e/ou econômico para a Companhia.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Abramo Randon, 770, Primeiro andar, Bairro Interlagos, e foro jurídico na mesma cidade, podendo criar e extinguir filiais, escritórios e outros estabelecimentos no País e no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto:

- (a) a indústria, o comércio, a importação e a exportação: de veículos rebocados e automotores, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, sistemas, partes e componentes, concernentes ao ramo;
- (b) a participação no capital social de outras sociedades e a respectiva prestação de serviços técnicos, administrativos e de gestão administrativa;
- (c) a administração de bens móveis e imóveis próprios;
- (d) o transporte rodoviário de cargas;
- (e) a prestação de serviços atinentes aos seus ramos de atividades, tais como: assistência técnica, manutenção, reformas e aferição volumétrica de implementos rodoviários e ferroviários; a locação de veículos e implementos rodoviários; a gestão de frota, de logística, de telemetria e de coleta de dados veiculares; e, o agenciamento, a intermediação e a representação comercial.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), representado por 329.330.533 (trezentos e vinte e nove milhões, trezentas e trinta mil, quinhentas e trinta e três) ações, sendo 116.515.527 (cento e dezesseis milhões, quinhentas e quinze mil, quinhentas e vinte e sete) ações ordinárias e 212.815.006 (duzentos e doze milhões, oitocentos e quinze mil e seis ações) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações, sendo 200.000.000 (duzentos milhões) de ordinárias e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de preferenciais.

§ 1º - As emissões dentro do limite do capital autorizado serão efetuadas mediante deliberação do Conselho de Administração que fixará a quantidade de ações a emitir, o preço e as condições de integralização, bem como as demais condições e procedimentos referentes a cada emissão.

§ 2º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, a seus empregados ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, nos termos do § 3º do artigo 168 da Lei 6.404/76 ("LSA").

Artigo 7º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, inclusive dividendo pelo menos igual ao atribuído às ações ordinárias; de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia; e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do § 1º seguinte.

§ 1º - A alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, com direito a voto ou não, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto integrante do bloco de controle.

§ 2º - As ações preferenciais sem direito a voto adquirirão esse direito, se a Companhia em 3 (três) exercícios consecutivos, contados da criação da respectiva espécie, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus.

Artigo 8º - A Companhia poderá, mediante deliberação de Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou promover aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, observando para as ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Dentro do mesmo limite, os aumentos do número de ações, poderão ser feitos com ações de ambas as classes ou somente de uma delas independente de proporcionalidade.

Artigo 9º - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e contratada pela Companhia, para prestar serviços de ações escriturais e não serão representadas por certificados.

Artigo 10 - Os acionistas, na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

§ 1º - O prazo para exercício do direito de preferência será de trinta dias, contados da data de publicação, no Diário Oficial, da ata de autorização do respectivo aumento, ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado, até o dobro.

§ 2º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, sem que assista o direito de preferência aos acionistas, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública, ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, consoante dispuser a lei.

Artigo 11 - Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, ou conversão nestas de títulos ou créditos, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, poderão estabelecer que ao novo capital sejam atribuídos dividendos calculados *pro-rata temporis*, tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.

Artigo 12 - A instituição financeira depositária das ações escriturais poderá cobrar o custo de serviços de transferência de titularidade das ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada, nos prazos previstos em lei, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta deste, por um dos Vice-presidentes do Conselho de Administração, ou, ainda, nos demais casos previstos em lei, e terá competência para deliberar sobre os assuntos previstos na lei e neste Estatuto, constantes do edital de convocação, sendo vedada a inclusão de pautas de assunto gerais.

§ 1º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, por um dos Vice-Presidentes, ou no caso do impedimento de ambos, por outro membro do Conselho de Administração ou por acionista, escolhido pelos presentes. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário dos trabalhos.

§ 2º - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral serão colocados à disposição dos acionistas, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização em prazo maior.

§ 3º - A Assembleia Geral poderá ser realizada de modo parcial ou exclusivamente digital, de acordo com a legislação aplicável.

§ 4º - A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

§ 5º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco e abstenções, ressalvadas as exceções previstas na legislação.

§ 6º - A ata de Assembleia Geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida dos votos dos acionistas presentes e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 15 - Com o objetivo de facilitar a organização da Assembleia Geral, a Companhia poderá solicitar, dentro do prazo fixado no anúncio de convocação, a entrega na sede social ou por outro meio legalmente permitido, de procurações e demais documentos relativos à representação de acionistas.

§ 1º - Para participar e deliberar na Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar os comprovantes de sua condição de acionista, mediante documento fornecido pela instituição financeira escrituradora ou entidade custodiante, bem como o documento de identidade e/ou os atos societários que comprovem sua representação legal, observadas, ainda, normas regulamentares expedidas pela CVM.

§ 2º - A pessoa que não for independente em relação à matéria em discussão ou deliberação deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular (direto ou indireto) e, não o fazendo, outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, de modo que, tão logo identificado o conflito em relação ao tema específico, a pessoa envolvida será afastada das respectivas discussões e deliberações, devendo ser registrado em ata este afastamento temporário ou a abstenção voluntária.

Artigo 16 - A Companhia poderá suspender as transferências, conversões, desdobramentos e grupamento de ações, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Parte Geral

Artigo 17 - A Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º - A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria far-se-á mediante termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões do respectivo órgão, e permanecerão no pleno exercício de suas funções até a investidura dos novos eleitos.

§ 2º - A posse de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria está condicionada à prévia subscrição de Termo de Anuência dos Administradores, conforme disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 3º - A Assembleia Geral fixará o montante da remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual a ser atribuída para cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria.

§ 4º - Os Diretores perceberão, além da remuneração referida no parágrafo anterior, a participação nos lucros referida no Artigo 39 deste Estatuto, sendo que somente farão jus à tal participação, do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório previsto no mesmo Artigo.

§ 5º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-presidente ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 18 - Como Companhia autorizada a negociar seus valores mobiliários no segmento de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, em sua maioria membros externos e, no mínimo, um terço de membros independentes.

§ 1º - Para fins de verificação do enquadramento do conselheiro independente, não é considerado conselheiro independente aquele que:

- (a) é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (b) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (c) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; ou
- (d) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

§ 2º - O Presidente e até dois Vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros, na primeira reunião que se realizar após sua investidura, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembleia Geral, aqueles que (i) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiverem ou representarem interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo.

§ 4º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

§ 5º - A Companhia adotará um programa de integração dos novos membros do Conselho de Administração, previamente estruturado, para que os referidos membros sejam apresentados às pessoas chave da Companhia e às suas instalações e no qual sejam abordados temas essenciais para o entendimento do negócio da Companhia.

Artigo 20 - É facultado a qualquer Conselheiro efetuar indicação específica de outro Conselheiro para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários, mediante autorização escrita, por carta ou por mensagens de correio eletrônico, seja para a formação de "quórum", seja para a votação, com a faculdade de indicar ou não o sentido de seu voto.

§ 1º - Também são admitidos votos por carta, correio eletrônico ou portal de governança, quando for o caso, quando recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto ou por quem estes indicarem.

§ 2º - Em suas ausências temporárias, o Presidente do Conselho de Administração será substituído por um dos Vice-Presidentes desse órgão, cabendo aos demais conselheiros indicar o substituto, quando em exercício mais de um Vice-presidente.

§ 3º - No caso de vaga definitiva, o Conselho de Administração, por seus membros remanescentes, poderá eleger um substituto para completar o mandato do substituído.

Artigo 21 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, por um dos Vice-presidentes, ou pela maioria dos seus membros.

§ 1º - As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 7 (sete) dias, na qual constará o local, data, hora e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido.

§ 2º - Serão consideradas regulares as reuniões em que comparecerem todos os membros, independente de quaisquer formalidades preliminares ou desde que todos manifestem sua concordância na dispensa das mesmas.

§ 3º - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou que tiver enviado seu voto por escrito.

§ 4º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem este indicar, podendo ser um Conselheiro ou uma secretaria de governança, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, no caso de empate na votação, devendo, tais deliberações, constar de atas lavradas no livro próprio, assinadas pelos conselheiros presentes.

§ 5º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou contribuir com opiniões e informações que sirvam como subsídios às deliberações dos Conselheiros, bem como prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

§ 6º - As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 7º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, e, em suas ausências ou impedimentos aos Vice-presidentes:

(a) presidir as reuniões do órgão;

(b) coordenar as atividades do Conselho de Administração, buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o Conselho de Administração e o

Diretor-presidente ou principal executivo da Companhia, podendo ser assessorado pela secretaria de governança;

- (c) convocar e presidir as Assembleias Gerais; e,
- (d) manter e promover relacionamento com acionistas da Companhia.

Artigo 22 - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês não estatutários ou grupos de trabalho de assessoramento ao Conselho de Administração, cuja função será a de opinar sobre as matérias de sua competência, nos termos das resoluções do Conselho de Administração. As recomendações desses comitês terão caráter exclusivamente opinativo, sendo que os membros dos comitês não terão qualquer poder deliberativo ou responsabilidade pelas deliberações.

§ 1º - As regras sobre a composição, funcionamento e competência de eventual comitê de assessoramento que venha a ser criado pelo Conselho de Administração serão definidas no ato próprio de criação desses comitês e/ou nas deliberações dos comitês que se seguirem à sua criação.

§ 2º - Os comitês poderão contar com a colaboração de outros profissionais, bem como estrutura administrativa de apoio. A remuneração de tais profissionais, inclusive a dos membros dos comitês e as despesas da estrutura administrativa de apoio, como a contratação de consultorias especializadas, serão custeadas pela Companhia.

Artigo 23 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) aprovar as diretrizes da Companhia, tendo em conta os impactos das atividades na sociedade e no meio ambiente, com propósito de perenidade e criação de valor;
- (c) aprovar os orçamentos anuais e/ou plurianuais de operação e/ou de investimentos, os planos estratégico, de negócios e de desenvolvimento, bem como projetos de expansão da Companhia, e os investimentos necessários à sua execução;
- (d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento da Companhia e seu desempenho econômico-financeiro;
- (e) aprovar a estrutura administrativa da Companhia, o regimento interno do Conselho de Administração, e outros atos regimentais, como códigos, programas, políticas corporativas, inclusive o regimento interno da Diretoria, levando em consideração os valores e princípios da Companhia, zelando pela manutenção da ética e da transparência, no relacionamento com todas as partes interessadas;
- (f) rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando seu contínuo aprimoramento;
- (g) eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- (h) deliberar pela criação de comitês ou grupos de trabalho temáticos, conforme previsto no Artigo 22 deste Estatuto;
- (i) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (j) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e a participação nos lucros dos Diretores;

- (k)** estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia;
- (l)** outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (m)** autorizar a convocação da Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (n)** apreciar o relatório anual dos administradores, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos resultados e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; e, manifestar-se sobre os relatórios dos administradores e demonstrações financeiras trimestrais;
- (o)** deliberar sobre o pagamento de dividendos, inclusive intermediários e juros sobre o capital próprio aos acionistas;
- (p)** manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- (q)** escolher e destituir os auditores independentes, os quais se reportarão ao Conselho de Administração, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável;
- (r)** convocar os auditores independentes ou auditores internos, para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (s)** avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, zelando para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para avaliação e mitigação dos riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis, inclusive em relação ao programa de integridade (compliance), visando o cumprimento de leis, regulamentos e normativos externos e internos. Caberá ao Conselho de Administração aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios;
- (t)** autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (u)** manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a Diretoria submeter à sua aprovação;
- (v)** autorizar a emissão de ações, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto, com o respectivo aumento do capital social, bem como a emissão de debêntures simples e outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, fixando suas condições de emissão;
- (x)** avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante à orientação dos negócios da Companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- (z)** autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedades coligadas ou controladas;
- (aa)** deliberar acerca de transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido em política de transações com partes relacionadas, aprovada por este Conselho, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes;
- (bb)** autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, como sócia, acionista ou consorciada, exceto quando se tratar de subsidiária integral; e, autorizar a aquisição de participações societárias, a formação de consórcios, de “joint ventures” e de outras alianças estratégicas, pela Companhia;

(cc) autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;

(dd) deliberar sobre processo de avaliação do Conselho de Administração, do principal executivo da Companhia e, quando for o caso, de seus comitês, outros órgãos e demais membros da Diretoria;

(ee) avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência, nos termos definidos neste Estatuto e no Código Brasileiro de Governança Corporativa;

(ff) deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas ao cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, ou saída do Nível 1 de Governança da B3; e

(gg) fixar periodicamente critérios de valor envolvido, extensão de efeitos e outros, para a prática de determinados atos de administração pela Diretoria, tais como (i) autorizar a captação de recursos, a contratação de empréstimos, financiamento e outros instrumentos financeiros, incluindo abertura de crédito, arrendamentos mercantis ou leasing, emissão de notas promissórias comerciais ou outros títulos de dívida; (ii) mútuos de qualquer natureza (iii) Comprar, Vender, operações de risco sacado, desconto e cessão de recebíveis. (iv) operações com derivativos; (vi) a aquisição, alienação (mesmo que fiduciária) de quaisquer bens, móveis ou imóveis; (vii) a contratação e prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia e a constituição de ônus reais.

Parágrafo único - É também competência do Conselho de Administração, estabelecer a orientação da Companhia nas sociedades controladas e outras participadas, direta ou indiretamente, e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela Companhia na assembleia geral e ou reunião de sócios, bem como as matérias listadas na alínea “gg” do “caput” deste Artigo, relativamente às mesmas sociedades.

Seção III - Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) diretores, e no máximo, 9 (nove), sendo 1 (um) Diretor-presidente, 1 (um) Diretor Executivo-geral, até 3 (três) com a designação de Diretor Vice-presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e até 3 (três) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, podendo a função de Diretor de Relações com Investidores ser cumulada com a de outro Diretor.

Parágrafo único - A eleição da Diretoria ocorrerá na primeira reunião realizada após Assembleia Geral Ordinária que eleger o Conselho de Administração, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

Artigo 25 - Compete aos Diretores, observadas as disposições legais ou estatutárias, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios e a prática de todos os atos de administração, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social e, especialmente:

(a) a prática de atos de administração que impliquem em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante a Companhia, a celebração de contratos de qualquer natureza ou finalidade;

(b) aquisição ou oneração de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

- (d) deliberar sobre a abertura, o encerramento e alterações de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, no País ou no exterior;
- (e) aprovar a criação, alteração e extinção de subsidiárias integrais, com atividades idênticas ou complementares ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior;
- (f) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; e,
- (g) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento.

Artigo 26 - Além das atribuições conferidas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete aos Diretores, individualmente:

- (a) ao Diretor-presidente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) representar institucionalmente a Companhia; (iii) definir as diretrizes e fixar as estratégias de negócios e acompanhar seus resultados; (iv) fazer cumprir as decisões emanadas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, nos casos previstos no Estatuto ou havendo necessidade para tal;
- (b) ao Diretor Executivo-geral: (i) avaliar, definir e implementar estratégias de negócios da Companhia e acompanhar seus resultados, reportando ao Diretor-presidente; (ii) coordenar as atividades da Companhia e de suas controladas; (iii) orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos dos demais Diretores, do comitê executivo e dos administradores das sociedades controladas; e, (iv) substituir o Diretor-presidente em suas ausências e impedimentos;
- (c) aos Diretores Vice-presidentes: (i) atuar em conjunto com o Diretor Executivo-geral, para o desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia, auxiliando-os no desempenho de suas funções; e, (ii) substituir o Diretor Executivo-geral ou outro Diretor, em suas ausências e impedimentos;
- (d) aos Diretores sem designação, gerir os negócios da Companhia, praticando os atos pertinentes às respectivas áreas de atuação e exercendo as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração; e,
- (e) ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante qualquer entidade institucional ou órgão regulador ou que atue no mercado de valores mobiliários; (ii) manter atualizado o registro da Companhia e desempenhar funções de relações com investidores, como as de prestações de informações ao público investidor, à CVM e à B3.

Artigo 27 - Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por 2 (dois) Diretores; por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou, por 2 (dois) procuradores.

Parágrafo único - A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador:

- (a) perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à Companhia;
- (c) a prática de atos de rotina administrativa, firmando correspondências e outros documentos, físicos ou eletrônicos, desde que não gerem obrigações para a Companhia;

- (d) firmar documentos relativos a rotinas trabalhistas, como contratos de trabalho e similares;
- (e) endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da Companhia; e,
- (f) prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar.

Artigo 28 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por dois Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Artigo 29 - A Diretoria reunir-se-á sempre que for convocada pelo Diretor-presidente ou pelo Diretor Executivo-geral ou, ainda, por outros dois Diretores. As reuniões serão presididas pelo membro da Diretoria que as tiver convocado ou que for escolhido na ocasião.

§ 1º - Para que se possam instalar as reuniões da Diretoria e nelas validamente se deliberar, é necessária a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros em exercício ou, em segunda convocação, de qualquer número de membros, depois de expedida nova convocação.

§ 2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião o voto de desempate.

§ 3º - Será permitida a realização de reuniões por telefone, videoconferência, ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nessas hipóteses, o diretor será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será assinada por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer que forma remota.

Artigo 30 - O Diretor-presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Diretor Executivo-geral, permitida a acumulação de funções e votos. Em caso de vacância, o Conselho de Administração, nos 15 (quinze) dias que se seguirem à vacância, elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do substituído ou deliberará sobre a cumulação de cargos pelos Diretores remanescentes.

Artigo 31 - Os demais Diretores terão substitutos temporários, indicados pelo Diretor-presidente, nos casos de impedimento, e eleitos pelo Conselho de Administração, em caso de vaga, para exercer suas funções até o final do mandato da Diretoria em exercício.

Artigo 32 - É expressamente vedada a prática pela Diretoria, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social, salvo se de interesse de sociedades coligadas ou de mesmo controle da Companhia.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

Artigo 33 - A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto, observado, ainda, o disposto na legislação aplicável.

Artigo 34 - O Conselho Fiscal quando em funcionamento será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição e poderão ser reeleitos.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

§ 3º - Em sua primeira reunião após a posse, os membros do Conselho Fiscal, escolherão o seu coordenador.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal titulares serão substituídos, em caso de vaga, pelo respectivo suplente, que completará o mandato do substituído.

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal.

Artigo 35 - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no País, que atendam os requisitos e impedimentos previstos na LSA, terão a competência nela disciplinada.

Artigo 36 - Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal exercerá as atribuições e poderes conferidos pela LSA e elaborará, por deliberação majoritária, o respectivo regimento interno que disciplinará o funcionamento do órgão.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 37 - O exercício social termina no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 38 - Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. A Companhia poderá levantar também balanço semestral ou trimestral ou, ainda, com outras periodicidades previstas em lei

Artigo 39 - O lucro líquido do exercício compreende o resultado do exercício, após as compensações e deduções: (i) dos prejuízos acumulados, se houver; (ii) da provisão para imposto de renda; (iii) da participação nos lucros atribuída aos empregados, na forma disposta em lei e em acordo firmado com empregados; e, (iv) da participação nos lucros dos Diretores, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto.

§ 1º - O lucro líquido terá a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 30% (trinta por cento) no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e

(c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o § 2º infra, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

§ 2º - A Reserva para Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente ou acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como investimentos em empresas controladas e coligadas. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do capital social.

§ 3º - A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

Artigo 40 - O Conselho de Administração poderá:

(a) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, § 1º da LSA, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais;

(b) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação própria vigente, e imputá-los ao dividendo mínimo obrigatório de que trata a letra (b) do § 1º do Artigo 39 deste Estatuto.

Parágrafo único - Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

Artigo 41 - Prescreve em 3 (três) anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Artigo 42 - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação.

Artigo 43 - A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria absoluta dos votos.